FRE
Formulário de Referência

Companhia: CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
Data Entrega: 27/03/2017
Data Referência: 01/01/2016
Tipo Apresentação: Reapresentação Espontânea
Versão: 7

Powered by MZiQ

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

1.2 – Declaração do Diretor Presidente

1.3 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.4 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

2. Auditores Independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração dos Auditores

2.3 - Outras informações relevantes - Auditores

3. Informações Financeiras selecionadas

3.1 - Informações Financeiras

3.2 - Medições Não Contábeis

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.4 - Política destinação de resultados

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.7 - Nível de endividamento

3.8 - Obrigações

3.9 - Outras informações relevantes

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.7 - Outras contingências relevantes

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Powered by MZiQ

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.3 - Descrição dos controles internos

5.4 - Alterações significativas

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

6.3 - Breve histórico

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 - Outras informações relevantes

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.8 - Políticas socioambientais

7.9 - Outras informações relevantes

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

9.2 - Outras informações relevantes

10. Comentários de Diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 - Plano de negócios

10.9 - Outros fatores com influência relevante

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

12. Assembléia e Administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

12.7/8 - Composição dos comitês

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.13 - Outras informações relevantes

13. Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.16 - Outras informações relevantes

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.2 - Alterações relevantes-Recursos humanos

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.5 - Outras informações relevantes

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária

15.3 - Distribuição de capital

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.7 - Principais operações societárias

15.8 - Outras informações relevantes

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.4 - Outras informações relevantes

17. Capital Social

17.1 - Informações sobre o capital social

17.2 - Aumentos do capital social

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

17.5 - Outras informações relevantes

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos das ações

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.8 - Títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.12 - Outras infomações relevantes

19. Planos de Recompra/Tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

20. Política de Negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

20.2 - Outras informações relevantes

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.4 - Outras informações relevantes

1.1 - DECLARAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
João Garcia Couri Neto	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência
b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 - DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58 / NIRE: 35.3.0036387-6
COMPANHIA ABERTA

DECLARAÇÃO

Eu, Clara Maria da Cunha Ferraz, atesto que:

a. Revi o Formulário de Referência de 2016 da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.;

b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial artigos 14 a 19;

c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico – financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Bauru, 30 de setembro de 2016

Clara Maria da Cunha Ferraz
Diretora Presidente

1.2 - DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58 / NIRE: 35.3.0036387-6
COMPANHIA ABERTA

DECLARAÇÃO

Eu, João Garcia Couri Neto, atesto que:

a. Revi o Formulário de Referência de 2016 da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.;

b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial artigos 14 a 19;

c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico – financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Bauru, 31 de maio de 2016

João Garcia Couri Neto
Diretora Presidente

2.1/2.2 - IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES

Nome/Razão Social Auditor	CPF/CNPJ	Código CVM	Tipo
Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S	61.366.936/0001-25	00471-5	Nacional

Início Contratação Serviço:	Fim Contratação Serviço:
05/04/2013	31/03/2014

Descrição Serviço Contratado:

(i) Auditoria anual das demonstrações financeiras da Emissora; (ii) Revisão de Informações Trimestrais da Emissora; (iii) Tradução de Relatório.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:

No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os honorários dos Auditores Independentes da Companhia foram de R$ 104.524,00 (cento e quatro mil quinhentos e vinte e quatro reais), referente aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e revisão das informações trimestrais da Companhia, para os trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013.

Justificativa da substituição:

Substituição em decorrência do atendimento ao artigo 31 da Instrução CVM 308/1999, que determina a rotatividade dos Auditores

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor:

Gláucio Dutra da Silva	047.604.567-32

Endereço para correspondência

Logradouro	Praia de Botafogo		
Complemento	370, 8º andar	Bairro	Centro
Município	None	UF	SP
País	Brasil	CEP	22950-909
DDD	21	Telefone	3263-7000
DDD	None	Telefone	
Email	glaucio.d.silva@br.ey.com		

2.1/2.2 - IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES

Nome/Razão Social Auditor	CPF/CNPJ	Código CVM	Tipo
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes S	49.928.567/0001-11	00385-9	Nacional

Início Contratação Serviço:	Fim Contratação Serviço:
01/04/2014	31/03/2015

Descrição Serviço Contratado:

(i) Auditoria anual das demonstrações financeiras da Emissora; (ii) Revisão de Informações Trimestrais da Emissora; (iii) Revisão da Declaração Integrada de Informações Econômico-Fiscais - DIPJ

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:

No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os honorários dos Auditores Independentes da Companhia foram de R$ 102.604,00 (cento e dois mil seiscentos e quatro reais), referente aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e revisão das informações trimestrais da Companhia, para os trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2014.

Justificativa da substituição:

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor:

Antônio Carlos Brandão de Sousa	892.965.757-53

Endereço para correspondência

Logradouro	Avenida Presidente Wilson		
Complemento	231 - 22º andar	Bairro	centro
Município	None	UF	SP
País	Brasil	CEP	20030-905
DDD	21	Telefone	3981-0500
DDD	None	Telefone	
Email	antoniobrandao@deloitte.com		

2.1/2.2 - IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES

Nome/Razão Social Auditor	CPF/CNPJ	Código CVM	Tipo
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes S	49.928.567/0002-00	00385-9	Nacional

Início Contratação Serviço:	Fim Contratação Serviço:
01/04/2015	31/03/2016

Descrição Serviço Contratado:

(i) Auditoria anual das demonstrações financeiras da Emissora; (ii) Revisão de Informações Trimestrais da Emissora; (iii) Revisão da Declaração Integrada de Informações Econômico-Fiscais - DIPJ.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:

No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os honorários dos Auditores Independentes da Companhia foram R$ 201.516,00 (duzentos e um mil quinhentos e dezesseis reais), referente aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e revisão das informações trimestrais da Companhia, para os trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015.

Justificativa da substituição:

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor:

Antonio Carlos Brandão de Sousa	892.965.757-53

Endereço para correspondência

Logradouro	Avenida Presidente Wilson		
Complemento	231 - 22º andar	Bairro	centro
Município	None	UF	SP
País	Brasil	CEP	20030-905
DDD	21	Telefone	3981-0500
DDD	None	Telefone	
Email	antoniobrandao@deloitte.com		

2.1/2.2 - IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES

Nome/Razão Social Auditor	CPF/CNPJ	Código CVM	Tipo
Grant Thornton International LTD.	10.830.108/0001-65	01127-4	Nacional

Início Contratação Serviço:	Fim Contratação Serviço:
01/04/2016	

Descrição Serviço Contratado:

(i) Auditoria anual de balanço individual e consolidado referente ao exercício social de 2016, 2017 e 2018; (ii) Revisão de Informações Trimestrais individuais dos exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018 da Companhia e suas investidas; (iii) serviços relacionados à emissão de carta conforto para emissão de dívidas da Companhia e de suas investidas; e (iv) Relatório Carta – Comentário referente aos exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018 da Companhia e suas investidas.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:

Pelos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os auditores independentes receberão da Companhia e suas investidas, honorários que totalizaram de R$ 120 mil referentes aos serviços de Auditoria das Demonstrações Financeiras Anuais e Revisão das Informações Trimestrais da Companhia e suas investidas.

Justificativa da substituição:

otimização de custos e despesas

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor:

Ana Cristina Linhares Areosa	013.083.117-45

Endereço para correspondência

Logradouro	Avenida Voluntários da Pátria, nº 89		
Complemento	1º andar	Bairro	Botafogo
Município	Rio de Janeiro	UF	RJ
País	Brasil	CEP	22270-000
DDD	21	Telefone	3529-9150
DDD	21	Telefone	3529-9150
Email	ana.areosa@br.gt.com		

2.3 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - AUDITORES

2.3 Outras informações relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

3.1 - INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Real / Unidade

3.2 - MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

3.2 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis
b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo

3.3 - EVENTOS SUBSEQUENTES ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.3 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo

3.4 - POLÍTICA DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

3.4 Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais.

	Exercício Social Encerrado em 31.12.2015	**Exercício Social Encerrado em 31.12.2014**	**Exercício Social Encerrado em 31.12.2013**
a. Regras Sobre Retenção de Lucros	O nosso Estatuto Social não prevê retenção de lucros, estando a Companhia sujeita ao artigo 196 da Lei n° 6.404/, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital previamente aprovado.	O nosso Estatuto Social não prevê retenção de lucros, estando a Companhia sujeita ao artigo 196 da Lei n° 6.404/, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital previamente aprovado.	O nosso Estatuto Social não prevê retenção de lucros, estando a Companhia sujeita ao artigo 196 da Lei n° 6.404/, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital previamente aprovado.
Valores das Retenções de lucros	0	0	0
b. Regras Sobre Distribuição de Dividendos	Consoante a alínea *b* do art. 25 do Estatuto Social da Companhia, os nossos acionistas têm direito ao recebimento de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício a título de dividendos obrigatórios, depois da dedução de eventuais participações no resultado e as reservas legal, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, para contingências e de lucros a realizar, conforme o caso.	Consoante a alínea *b* do art. 25 do Estatuto Social da Companhia, os nossos acionistas têm direito ao recebimento de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício a título de dividendos obrigatórios, depois da dedução de eventuais participações no resultado e as reservas legal, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, para contingências e de lucros a realizar, conforme o caso.	Consoante a alínea *b* do art. 25 do Estatuto Social da Companhia, os nossos acionistas têm direito ao recebimento de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício a título de dividendos obrigatórios, depois da dedução de eventuais participações no resultado e as reservas legal, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, para contingências e de lucros a realizar, conforme o caso.
c. Periodicidade das Distribuições de Dividendos	O art. 26 do nosso Estatuto Social admite que a Companhia levante balanços semestrais ou em menor periodicidade e, com base neles, decida sobre a distribuição de dividendos intermediários. Ainda não auferimos dividendos.	O art. 26 do nosso Estatuto Social admite que a Companhia levante balanços semestrais ou em menor periodicidade e, com base neles, decida sobre a distribuição de dividendos intermediários. Ainda não auferimos dividendos.	O art. 26 do nosso Estatuto Social admite que a Companhia levante balanços semestrais ou em menor periodicidade e, com base neles, decida sobre a distribuição de dividendos intermediários. Ainda não auferimos dividendos.
d. Eventuais restrições à	De acordo com o item 6.1 "(xxii)" da Escritura	De acordo com o item 6.1 "(xxii)" da Escritura	De acordo com o item 6.1 "(xxii)" da Escritura

distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, é hipótese de vencimento antecipado o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Companhia, ou financiamentos pela Companhia, exceto (i) com relação ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo; ou (ii) caso a Companhia esteja em observância aos Índices Financeiros previstos no item "(xxvii)" da Escritura de Emissão, observado que, para fins deste item, a Companhia obriga-se a apresentar relatório de apuração dos referidos Índices Financeiros calculados com base nas últimas demonstrações financeiras anuais auditadas divulgadas pela Companhia.	Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, é hipótese de vencimento antecipado o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Companhia, ou financiamentos pela Companhia, exceto (i) com relação ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo; ou (ii) caso a Companhia esteja em observância aos Índices Financeiros previstos no item "(xxvii)" da Escritura de Emissão, observado que, para fins deste item, a Companhia obriga-se a apresentar relatório de apuração dos referidos Índices Financeiros calculados com base nas últimas demonstrações financeiras anuais auditadas divulgadas pela Companhia.	Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, é hipótese de vencimento antecipado o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Companhia, ou financiamentos pela Companhia, exceto (i) com relação ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo; ou (ii) caso a Companhia esteja em observância aos Índices Financeiros previstos no item "(xxvii)" da Escritura de Emissão, observado que, para fins deste item, a Companhia obriga-se a apresentar relatório de apuração dos referidos Índices Financeiros calculados com base nas últimas demonstrações financeiras anuais auditadas divulgadas pela Companhia.

3.5 - DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E RETENÇÃO DE LUCROS LÍQUIDO

3.6 - DIVIDENDOS-LUCROS RETIDOS/RESERVAS

3.6 Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas dos 3 últimos exercícios sociais.

(R$)

	Exercício Social Encerrado em 31.12.2015	**Exercício Social Encerrado em 31.12.2014**	**Exercício Social Encerrado em 31.12.2013**
Dividendos pagos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas.	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

3.7 - NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Exercício Social - 01/01/2015 até 31/12/2015

Montante total da dívida, de qualquer natureza	Índice de endividamento	Tipo de índice
1.941.512,00 (Real)	4.07000000	Índice de Endividamento

3.8 - OBRIGAÇÕES

Exercício Social 2015

Tipo	Inferior a um ano (Unidade)	Um a três anos (Unidade)	Três a cinco anos (Unidade)	Superior a cinco anos (Unidade)	Total (Unidade)
	910.294,00	30.824,00	57.912,00	783.087,00	1.782.117,00
	41.168,00	0,00	0,00	118.227,00	159.395,00
Total (Real)	951.462,00	30.824,00	57.912,00	901.314,00	1.941.512,00

3.9 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

3.9 Outras informações relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

4.1 - DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

4 Fatores de risco

4.1 Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a) Fatores de risco relacionados à Companhia.

Nosso alto nível de endividamento pode reduzir nossa capacidade de conduzir nossas atividades e pagar nossas dívidas.

Em 31 de Dezembro de 2015, tínhamos R$ 1,782 bilhão em empréstimos, financiamentos e debêntures, referente ao nosso financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES") e decorrente da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM Nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400" e "2ª Emissão", respectivamente), as quais contam com garantia compartilhada e sem ordem de preferência entre esses credores. Este nível de endividamento pode afetar significativamente as nossas operações futuras, incluindo o seguinte: (i) prejudicar a nossa capacidade de realizar o pagamento e cumprir outras obrigações relativas às dívidas vincendas; (ii) ocasionar a redução da nossa disponibilidade de fluxo de caixa para cobrir capital de giro, despesas de capital, aquisições e outras despesas corporativas, além de limitar a nossa capacidade de obter financiamento adicional para estes fins; e (iii) ocasionar (a) uma limitação na nossa flexibilidade de planejamento ou na nossa capacidade de reação a uma situação adversa, bem como (b) um aumento na nossa vulnerabilidade em relação a mudanças nos negócios, no setor em que atuamos e na economia em geral. Quaisquer dos fatores acima indicados podem afetar adversamente os nossos negócios e resultados, bem como a nossa capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebramos.

O retorno do investimento em infraestrutura realizado por nós para a prestação de serviço público a nós concedido pode não ocorrer ou ocorrer de forma diversa da prevista.

Tendo em vista que (i) o investimento inicial necessário para a implantação de projetos de infraestrutura que viabilizem a prestação do serviço público a nós outorgado é bastante elevado; (ii) que financiamos parte significativa do investimento com capital de terceiros; e (iii) que o prazo de maturação do projeto nessa área, como regra, é superior a 5 anos, durante esse período, eventos políticos, econômicos, climáticos, entre outros, podem comprometer a rentabilidade do projeto, sendo possível que não haja o retorno do investimento realizado ou que haja apenas em parte, ou que não sejamos capazes de cumprir tempestivamente nossas obrigações, o que poderá causar um efeito prejudicial adverso em nossos negócios e resultados.

O desenvolvimento de rotas alternativas para parte ou todo o Corredor Raposo Tavares, pode desviar ou reduzir o fluxo de veículos pelas rodovias por nós administradas afetando-nos adversamente.

Ao longo do trecho de aproximadamente 100 quilômetros do Corredor Raposo Tavares, entre os Municípios de Presidente Prudente e Assis, onde estão instaladas 3 de nossas 9 praças de pedágio, existe uma rota alternativa constituída pelas Rodovias SP-284 e SP-425, cuja administração pertence ao Governo Estadual, tratando-se, assim, de estrada não pedagiada. Adicionalmente, se houver novo lote de concessão rodoviária na região, desenvolvimento do transporte hidroviário e ferroviário que possam representar uma rota alternativa parcial ou em todo o trecho rodoviário administrado por nós, nossos negócios e resultados poderão ser diversamente afetados. Desta mesma forma, os novos lotes de concessão do Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul afetarão os nossos resultados. A BR-163 é peça fundamental para um novo corredor logístico ao norte do país, no entanto, as condições da rodovia ainda são ruins e dificultam o uso mais amplo da rota pelas empresas exportadoras.

Os governos Federal e Estadual de Mato Grosso estão trabalhando para conclusão e manutenção de rodovias, implantação de ferrovias e de hidrovias, elegendo a conclusão das (i) BRs 163 (Rodovia Cuiabá-Santarém) até Santarém (PA); (ii) BR 158 que passa pelos estados do Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul onde encontra seu término na fronteira com o Uruguai, no município de Santana do Livramento; e (iii) a implantação da BR 242 se estende do estado da Bahia (mais precisamente da localidade de São Roque do Paraguaçu, no município de Maragogipe), passando pela BR-101 entre os municípios de Conceição do Almeida, Sapeaçu e Castro Alves, cruzando com a BR-116 na localidade de Paraguaçu (no município de Rafael Jambeiro) e com a BR-153 no trecho entre os municípios de Gurupi - TO e Cariri do Tocantins - TO, seguindo até o estado do Mato Grosso (no município de Sorriso). A rodovia ainda possui muitos trechos sem pavimentação ou ainda por construir, principalmente nos estados do Mato Grosso e do Tocantins do município de Ribeirão Cascalheira a Sorriso (maior produtor de soja do Brasil).

Há também planos para a implantação da Ferrovia de Integração Centro Oeste de Campinorte (GO) (ferrovia Norte Sul) a Vilhena (RO) passando pelo município de Lucas do Rio Verde (2º maior produtor de grãos do Brasil), e a implantação da Hidrovia Tapajós - Teles Pires, empreendimento que de fato reduzirá os custos de fretes em Mato Grosso. Um terminal de Barcarena, na região metropolitana de Belém, no Pará, receberá barcaças fluviais e caminhões com soja e milho, viabilizando a exportação por um caminho mais curto para a Ásia e a Europa. Os grãos serão originados no norte de Mato Grosso, principal região produtora do país, e seguirão rumo ao norte, cruzando o Pará pela BR-163, até um terminal de transbordo no distrito de Miritituba, município de Itaituba, onde o produto será embarcado em balsas.

Como podemos observar os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário em questão, visam o escoamento da produção do Mato Grosso pelos portos do Norte - Santarém, Belém e São Luiz do Maranhão. Portanto, todos esses fatores poderão afetar diversamente o tráfego em nossa rodovia.

Nos termos dos contratos financeiros celebrados, estamos sujeitos a restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais, bem como a obrigações específicas que, se descumpridas, podem gerar o vencimento antecipado de nossas dívidas.

Celebramos diversos contratos financeiros que exigem a manutenção de certos índices financeiros ou o cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos, que não seja sanado ou anuído por seus respectivos credores, poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros ("*cross default*"). Além disso, alguns desses contratos financeiros impõem restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais. O vencimento antecipado de algumas de nossas dívidas ou a nossa incapacidade de contrair dívidas adicionais pode afetar adversamente os nossos negócios e resultados, bem como a nossa capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebramos.

Estamos expostos a riscos relacionados ao volume de tráfego e à receita de pedágio.

Nossos negócios dependem diretamente do número de veículos de carga e de passeio que viajam em nossas rodovias e da frequência com que eles viajam. A redução do tráfego poderia decorrer da redução da atividade econômica, inflação, aumento das taxas de juros, aumento do preço dos combustíveis ou outros fatores, bem como por conta de circunstâncias pessoais dos usuários ou de uma redução no comércio em geral, levando ao uso reduzido de veículos comerciais. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá afetar de forma adversa nossos negócios e resultados.

Parte significativa das nossas receitas é objeto de cessão fiduciária em garantia de nossas dívidas e podem ser transferidas aos nossos credores na hipótese de inadimplemento de obrigações assumidas por nós.

Como garantia do pagamento do contrato de financiamento formulado com o BNDES em 10 de janeiro de 2011, no valor aproximado de R$ 1 bilhão, bem como da emissão das debêntures da 2ª Emissão, no valor de R$ 750 milhões, cedemos fiduciariamente a totalidade dos direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo todos os direitos creditórios. Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de financiamento firmado com o BNDES, ou no caso de inadimplemento das debêntures da 2ª Emissão, esse Banco e/ou os debenturistas da 2ª Emissão poderão executar as garantias cedidas fiduciariamente e, consequentemente, perderemos a propriedade plena e a posse direta de tais direitos creditórios, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e resultados.

Uma vez que parte significativa dos nossos bens está vinculada à prestação de serviços públicos, esses bens não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

Parte significativa dos nossos bens está vinculada à concessão, sendo que estes bens não estarão disponíveis para credores, caso seja decretada nossa falência, ou suscetíveis a penhora que visem garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que ao final da concessão e, de acordo com a legislação aplicável, estes bens deverão ser revertidos ao poder concedente. Essas restrições podem exercer um efeito negativo na nossa capacidade de obter novos financiamentos.

Podemos não conseguir implementar integralmente a nossa estratégia de negócios.

O segmento em que atuamos possui características próprias, como, por exemplo, alterações regulatórias, possibilidade de revisão de nossos contratos em razão do interesse público ou de mudanças na conjuntura política estadual e de reversão de bens vinculados à concessão ao poder concedente. Nossos negócios também podem ser prejudicados por alterações na situação econômica nacional ou mundial, incluindo inflação, taxa de juros, possibilidade de captação de recursos nos mercados de capitais e efeitos de iniciativas governamentais para administrar a economia. Quaisquer desses fatores, isoladamente ou em conjunto, podem afetar negativamente a implementação de nossa estratégia de negócios, podendo afetar adversamente nossos negócios e resultados.

Gastos ou investimentos inesperados em nossos projetos podem impactar adversamente nossa condição financeira e nossas operações.

Nossa capacidade de concluir adequadamente os projetos em andamento ou futuros projetos acessórios que possam ser exigidos pelo contrato de concessão está sujeita, dentre outros fatores, ao custo de mão de obra e de matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados, negociações com o poder público e riscos políticos, bem como interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente nossos custos de construção, caso não sejam repassados a terceiros, o que poderá afetar o fluxo de caixa e, consequentemente, nossos negócios e resultados.

Parte da rodovia que operamos está localizada em regiões sujeitas a riscos climáticos.

As condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos nossos projetos e de investimentos, impactando negativamente na nossa arrecadação. Caso não sejamos capazes de nos adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e serviços diante das condições naturais diferentes daquelas existentes quando do início das nossas atividades, tal incapacidade poderá afetar adversamente os nossos negócios e resultados.

Riscos relacionados à terceirização de parte substancial das nossas atividades.

Atualmente nós terceirizamos uma parcela considerável das nossas atividades, mediante a contratação de prestadores de serviço. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em nos prestar os serviços contratados de forma e em prazos adequados, conforme as especificações contratuais, poderá acarretar em inadimplemento de nossos contratos e nos causar um efeito adverso relevante. Ademais, estamos sujeitos a rescisão ou não renovação desses contratos de prestação de serviços, bem como podemos não ser capazes de contratar, em tempo e com preços similares, prestadores de serviço igualmente qualificados. Podemos, ainda, responder solidária ou subsidiariamente por eventuais débitos trabalhistas e previdenciários relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Além disso, não podemos garantir que os trabalhadores terceirizados não ingressarão com reclamações trabalhistas pleiteando o vínculo de trabalho conosco. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá afetar a qualidade e continuidade dos nossos negócios e impactar adversamente os nossos resultados.

As apólices de seguros que mantemos podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros.

Não podemos garantir que nossas apólices de seguro serão adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância dos nossos terceirizados em cumprir com as obrigações indenizatórias assumidas perante nós ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para nós. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá causar um efeito adverso nos nossos negócios e resultados.

O término antecipado da concessão pode comprometer a nossa capacidade de honrar nossas dívidas e obrigações.

Em caso de descumprimento do contrato de concessão, ou da legislação aplicável, estamos sujeitos à caducidade da concessão, ou seja, a concessão poderá ser extinta por decreto do Poder Concedente após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido. O parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (“Lei de Concessões”), dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Ademais, não há garantia de que as obrigações por nós assumidas serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão, seremos capazes de honrar nossas dívidas e obrigações previamente assumidas.

A perda de membros da alta administração, ou nossa incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode nos causar um efeito adverso relevante.

Nossa capacidade de manter nossa posição competitiva depende, dentre outros fatores, dos serviços de nossa alta administração. Nenhuma dessas pessoas está sujeita a contrato de trabalho de longo prazo e a pacto de não concorrência. Em razão disso, não podemos garantir nosso sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar nossa alta administração e acompanhar o ritmo do nosso crescimento. A perda dos serviços de qualquer dos membros da nossa alta administração ou a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais podem causar efeitos adversos para nós.

Somos réu em processos judiciais no curso de nossos negócios, em especial em ações civis públicas, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos nossos interesses, e que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de nossos projetos conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso para nossos negócios e atividades. Para mais informações acerca da ação civil pública, em andamento promovida contra nós, ver item 4.3 deste Formulário de Referência.

O público pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.

A prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil, com pouco mais de dez anos. Antes da implementação dos programas de concessão de rodovias, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde a implementação da política de concessão de rodovias a cobrança das tarifas tem aumentado e poderá levantar reações negativas dos usuários, especialmente dos caminhoneiros, que no início da década organizaram protestos e bloquearam estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinado usuário de pagar pedágio. Além disso, em meados de 2013, por exemplo, diversas capitais do País foram palco de intensos protestos populares contra o aumento das tarifas do transporte público que, por fim, acabaram por impedir reajustes dos preços das tarifas de metrô e ônibus. Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelo contrato de concessão, esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às nossas tarifas de pedágio, como também podem reduzir a nossa receita afastando o tráfego de nossas vias pedagiadas. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderia afetar de forma adversa nossos negócios e resultados.

b) Fatores de risco relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

A eventual impossibilidade de receber aporte de capital de nossa controladora pode afetar-nos adversamente.

Podemos necessitar de aporte de capital de nossa controladora, especialmente nos próximos 2 anos, para cumprir as obrigações decorrentes da Concessão e para manter o nosso nível de endividamento abaixo dos limites contratuais a que estamos sujeitos em razão das dívidas por nós contraídas. Na eventualidade de nossa controladora: (i) por qualquer motivo, não cumprir seu plano de negócios; (ii) realizar investimentos ou incorrer em gastos acima dos esperados; (iii) ter suas eventuais aquisições futuras contestadas pelas autoridades concorrenciais brasileiras; (iv) não conseguir integrar os negócios adquiridos por verificar contingências não identificadas anteriormente que não lhe permitam alcançar as metas financeiras e estratégicas previstas à época da aquisição; e (v) ser afetada por deterioração na situação econômica nacional ou mundial, pela redução da possibilidade de captação de recursos em mercados de capitais no Brasil ou no exterior, ou por iniciativas governamentais para administrar a economia gerando aumento da inflação ou taxas de juros, ela pode vir a não realizar referidos aportes. Na hipótese de não recebermos aportes de capital de nossa controladora durante o período de maturação de nossa Concessão, nossos negócios e resultados podem ser adversamente afetados.

A mudança de nosso controle acionário pode nos afetar adversamente.

Na hipótese de venda do nosso controle acionário, deixaríamos de pertencer à INVEPAR, o que poderia impactar de forma adversa na maneira como somos percebidos no mercado. Nossa controladora INVEPAR é uma companhia que tem como parte de sua estratégia de negócios a exploração e operação de rodovias mediante concessão pública. Não podemos garantir que eventual novo controlador tenha como atividade principal e estratégia de negócios a exploração de rodovias concessionadas, o que pode causar efeito negativo em nossos negócios e resultados.

Se for executado o penhor sobre as ações de nossa emissão, deixaremos de ser controlados pela INVEPAR, o que pode afetar-nos adversamente.

Em decorrência do contrato de financiamento firmado com o BNDES em 10 de janeiro de 2011, no valor aproximado de R$1 bilhão, bem como da Escritura da 2ª Emissão de debêntures, foi dado como garantia o penhor da totalidade das nossas ações, de forma compartilhada entre os credores, conforme 1º aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Garantias e novo Contrato de Penhor de ações, ambos firmados em 07 de dezembro de 2012. Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de financiamento firmado com o BNDES, ou no caso de inadimplemento das debêntures da 2ª Emissão, conforme o caso, os credores terão o direito de executar as garantias reais estabelecidas, resultando na transferência de tais ações ao BNDES, aos debenturistas da 2ª Emissão e/ou a terceiros por eles indicados, em qualquer caso, mediante prévia anuência da ARTESP, o que ocasionará a consequente mudança do nosso controle acionário, que, por sua vez, poderá afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais.

As futuras aquisições da nossa controladora podem ser contestadas pelas autoridades concorrenciais brasileiras.

Nossa controladora INVEPAR é uma companhia que tem como parte de sua estratégia de negócios a exploração e operação de rodovias mediante concessão pública. Caso a nossa controladora adquira no futuro, participações no capital social de outras companhias concessionárias de rodovias no Estado de São Paulo, tais operações poderão, em tese, ter que vir a ser submetidas à apreciação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("SBDC"), que, por sua vez, verificaria se tal circunstância teria um efeito negativo nas condições competitivas do segmento do mercado em que nossa controladora atua, ou mesmo sobre os consumidores deste mercado. Como regra geral, deverão ser submetidas ao SBDC, nos termos da Portaria Interministerial nº 994/2012, as operações que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviços, contanto que uma parte na operação tenha registrado faturamento bruto no Brasil de pelo menos R$ 750 milhões no último ano fiscal e que a outra tenha faturamento mínimo de R$ 75 milhões no mesmo período, considerando-se para fins da apuração de faturamento seus respectivos grupos econômicos, definidos como as empresas que estejam sob controle comum, interno ou externo, e as empresas nas quais qualquer das empresas seja titular, direta ou indiretamente, de pelo menos 20% do capital social ou votante. Embora o mercado relevante de concessões rodoviárias no Estado de São Paulo seja regulado por meio de tarifas estabelecidas contratualmente com o Poder Concedente, futuras aquisições poderiam não ser aprovadas ou ser aprovadas com restrições, o que poderia elevar os custos das operações e afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da nossa controladora. Nesse sentido, a nossa controladora poderá ser obrigada pelas autoridades concorrenciais, entre outros, a alienar parcial ou totalmente sua participação em concessionárias de rodovias de que é ou venha a ser acionista, incluindo a sua participação acionária em nosso capital social, o que poderia impactar de forma adversa na maneira como somos percebidos no mercado. Se uma ou mais das hipóteses acima descritas ocorrerem, isolada ou conjuntamente, nossos negócios e resultados poderiam ser adversamente afetados.

O nosso acionista controlador, a INVEPAR, poderá ter interesses conflitantes com os interesses dos investidores.

Nós somos uma subsidiária integral, controlada exclusivamente pela INVEPAR. Dessa forma, como a Controladora vota como um único bloco, e tem poderes para, dentre outros, eleger todos os membros do nosso Conselho de Administração e determinar o resultado das deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e o pagamento de quaisquer dividendos, os interesses do Acionista Controlador poderão conflitar com os interesses de nossos investidores, o que poderia afetar adversamente nossos negócios e resultados.

c) Fatores de risco relacionados aos acionistas da Companhia.

Nosso único acionista é nosso acionista controlador, sendo que os fatores de riscos relacionados aos nossos acionistas já constam do item 4.1. b deste Formulário de Referência.

d) Fatores de risco relacionados às controladas e coligadas da Companhia.

Nós somos uma sociedade de propósito específico, razão pela qual não temos controladas, nem coligadas, nos termos do disposto no artigo 243 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Fatores de risco relacionados aos fornecedores da Companhia.

Parcela relevante dos colaboradores da Companhia é terceirizada e estamos expostos aos riscos relacionados a esta escolha.

Encerramos o ano de 2015 com 2.523 colaboradores, dos quais aproximadamente 73% são terceirizados. Em razão disso, podemos responder subsidiariamente ou solidariamente por eventuais débitos previdenciários, fiscais ou trabalhistas relacionados aos terceiros por nós contratados. Além disso, não podemos garantir que os trabalhadores terceirizados não ingressarão com reclamações trabalhistas pleiteando o vínculo de emprego conosco. Destaca-se, ainda, que a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade dos nossos negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, poderá haver um impacto adverso em nossos negócios e resultados.

f) Fatores de risco relacionados aos clientes da Companhia.

Os riscos relacionados aos nossos clientes estão abordados nos riscos a nós relacionados.

g) Fatores de risco relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua.

Os riscos relacionados aos setores da economia em que atuamos estão abordados nos riscos a nós relacionados e nos riscos à regulação do setor em que atuamos.

h) Fatores de risco relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atua.

Atuamos em um ambiente altamente regulado e os nossos negócios e resultados podem ser afetados adversamente por medidas governamentais, tendo o Poder Concedente, inclusive, discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à Concessão, podendo nos sujeitar à redução das nossas tarifas e ao aumento imprevisto de nossos investimentos.

A nossa atividade na administração do corredor Raposos Tavares é objeto da Concessão pelo Programa de Concessão Rodoviária do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP sujeita, portanto, a um ambiente altamente regulado. Além disso, ao Poder Concedente é conferida ampla discricionariedade,

podendo determinar, inclusive, que as nossas tarifas cobradas sejam reduzidas ou os investimentos que a Companhia deva fazer sejam incrementados, ainda que observado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima previstas pode impactar adversamente nos nossos negócios e resultados.

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

Estamos sujeitos a abrangente legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de atividades desenvolvidas por nós. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos, podem nos forçar a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Se não observarmos a legislação relativa à proteção do meio ambiente poderemos sofrer a imposição de sanções administrativas e penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. Além disso, a demora ou o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a implementação das obras e melhorias por nós pretendidas.

As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental, assim como nossa incapacidade de obter licenças ambientais necessárias podem nos demandar custos adicionais significativos. A ocorrência das hipóteses acima previstas pode impactar adversamente na nossa imagem, negócios e resultados.

Os negócios, condição econômico-financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude da redução de tarifas, não gerem tempestivamente um aumento no fluxo de caixa.

O contrato de concessão especifica as tarifas de pedágio que podemos cobrar e prevê um reajuste periódico para compensar os efeitos da inflação. Entretanto, esses reajustes estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente e, por tal razão, não podemos assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou diligente. Em caso de ajustes que não os decorrentes de reajustes de tarifas para compensar os efeitos da inflação, devemos confiar num mecanismo menos objetivo, previsto na legislação e em nosso contrato de concessão, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo nos permite buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas supervenientes à assinatura do contrato de concessão que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da Concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos da legislação e de cada contrato, na compensação por meio de

alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo de concessão, dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do respectivo Poder Concedente. Além disso, não podemos assegurar que o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro se concretize em termos satisfatórios. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da concessão, ou redução de investimentos futuros, aumento no valor nominal de tarifas, compensação direta por parte do Poder Concedente, nossos negócios e resultados poderão ser afetados de forma adversa.

A nossa atividade está concentrada na operação de rodovia no Estado de São Paulo e quaisquer mudanças que afetem a política governamental de infraestrutura das rodovias no Brasil ou no Estado de São Paulo poderão ter efeitos significativos sobre nossos negócios e resultado.

As nossas atividades consistem na exploração e operação do *Corredor Raposo Tavares* mediante o contrato de concessão firmado com o governo do Estado de São Paulo, cabendo à ARTESP a fiscalização e a regulamentação das atividades concedidas. Como consequência, se o Poder Concedente adotar medidas e regras mais rígidas quanto à Concessão a nós outorgada, não podemos assegurar o êxito das negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de tais ações governamentais, de modo que tais mudanças podem afetar de forma adversa nossos negócios e resultados.

i) Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua.

Não aplicável, uma vez que não possuímos operações no exterior.

j) Fatores de Risco Relacionados as questões socioambientais:

O risco socioambiental consiste em impactos negativos, que podem ocorrer durante o desenvolvimento das atividades da Companhia e podem afetar ao Meio Ambiente e Sociedade. As atividades da CART estão sujeitas à diversos a regulamentos e exigências na esfera Federal, Estadual e Municipal que visam à proteção do Meio Ambiente.

Em linha com seus objetivos estratégicos, a CART tem como compromisso reduzir qualquer impacto negativo que por ventura possa ser gerado e busca contribuir para o desenvolvimento sustentável das localidades onde está inserida. Desta forma, a Gestão de Riscos busca garantir o cumprimento das normas ambientais, de maneira a preservar o meio ambiente, e também nas ações de mitigação de impactos negativos para as comunidades.

As políticas corporativas do grupo Invepar, tais como a Política Integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente – SMS, o código e canal de Conduta, a Política de Sustentabilidade, assim como as diretrizes de Investimento Social do Instituto Invepar, atuam como mitigadores desses riscos.

As respostas para mitigação das causas, relacionadas aos riscos corporativos, são compostas de medidas que permitem diminuir a probabilidade ou impacto do risco. As causas que podem levar a materialização dos riscos são identificadas pela área de Riscos Corporativos para que possam ser monitoradas, permitindo que quaisquer materializações que venham a ocorrer sejam conhecidas e geridas. As respostas aos riscos são elaboradas de forma a atuar sobre as causas, não sobre os riscos propriamente ditos, dessa forma, a definição acurada das causas é fundamental para que as estratégias de mitigação sejam eficazes.

4.2 - DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado.

Atualmente, não possuímos expectativa de aumento ou redução com relação à nossa exposição aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Nós temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, situação financeira e os resultados de nossas operações de forma adversa. São monitoradas constantemente mudanças nos cenários macroeconômico, político, tecnológico e setorial que possam influenciar as nossas atividades, por meio de acompanhamento dos seus principais indicadores de *performance.*

Adotamos procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição de nossos ativos e passivos, protegendo nossa rentabilidade e patrimônio.

Contudo, a redução de nossos riscos é vislumbrada, tendo em vista maturidade da operação, que evolui a cada ano, além da diminuição dos riscos da implantação do negócio, visto que nossos investimentos estão concentrados nos primeiros 7 (sete) anos de concessão, e a medida que entregamos as obras, os riscos inerentes a elas vão diminuindo, como por exemplo, o risco de terceirização de mão de obra e afins.

4.3 - PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS NÃO SIGILOSOS E RELEVANTES

4.3 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas, indicando:

O critério utilizado pela Companhia para inclusão dos processos abaixo se relaciona com a possibilidade de inviabilização do contrato de concessão e, consequente perda de arrecadação dos recebíveis cedidos fiduciariamente na operação, bem como com os valores envolvidos nas ações.

Processo n° 0022696-22.2010.8.26.0053	
a. Juízo	2ª Vara da Fazenda Pública da Capital
b. Instância	1ª instância
c. Data de Instauração	13/07/2010
d. Partes do Processo	A Cidadania - Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão X ARTESP/CART
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R$ 10.000,00
f. Principais Fatos do Processo	A associação inicialmente propôs a ação civil pública com antecipação de tutela contra a ARTESP, a fim de os veículos emplacados nos municípios de Presidente Epitácio e Caiuá, após um prévio cadastramento, fossem dispensados de recolher pedágio na praça instalada no município de Caiuá (SP-270) e que os veículos emplacados nos municípios de Santo Anastácio e Presidente Bernardes fossem, da mesma forma, dispensados de recolher pedágio na praça instalada no município de Presidente Bernardes (SP-270). A CART requereu sua inclusão no polo passivo (ré na ação), que foi deferida pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital. O pedido de liminar foi indeferido sob o fundamento de que se trata de questão jurídica controvertida, que ainda implica na ingerência em contrato administrativo de grande porte. O processo encontra-se em fase de instrução, ainda sem decisão de mérito.
g. Possibilidade de Perda	Possível
h. Impacto em Caso de Perda do Processo	Perda de arrecadação.
i. Valor Provisionado	Não há valor provisionado para este processo.

4.4 - PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS NÃO SIGILOSOS CUJAS PARTES CONTRÁRIAS SEJAM ADMINISTRADORES, EX-ADMINISTRADORES, CONTROLADORES, EX-CONTROLADORES OU INVESTIDORES

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia seja parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

4.5 - PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES

4.5 Análise do impacto em caso de perda e dos valores envolvidos em relação aos processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima.

A Companhia não possui processos sigilosos relevantes em que seja parte e que não tenham sido divulgados acima.

4.6 - PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, NÃO SIGILOSOS E RELEVANTES EM CONJUNTO

4.6 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros.

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES

4.7 Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

4.8 - REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM E DO PAÍS EM QUE OS VALORES MOBILIÁRIOS ESTÃO CUSTODIADOS

4.8 Informações sobre as regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem.

Item não aplicável à Companhia, pois a CART é sediada no Brasil e não possui valores mobiliários custodiados no exterior.

5.1 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar: a) política formalizada de gerenciamento de riscos da Companhia, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política; b) os objetivos e estratégias da políticas de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i) riscos para os quais se busca proteção, ii) os instrumentos utilizados para proteção, e iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; e c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

5.2 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.2. Em relação aos riscos indicados no item 4.2, informar: a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política; b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, incluindo: i) riscos de mercado para os quais se busca proteção, ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge), iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge), iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos, v) instrumentos financeiros operados pela Companhia com objetivos diversos da proteção patrimonial (hedge) e quais seus objetivos, vi) estrutura organizacional da Companhia e controle de gerenciamento de riscos de mercado, e c) adequação da estrutura operacional e controles internos da Companhia, para verificar a efetividade da política adotada.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

5.3 - DESCRIÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.3. Em relação aos controles adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar: a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las, b) as estruturas organizacionais envolvidas, e c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos e regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

O relatório dos auditores independentes não apontou nenhuma deficiência ou recomendação acerca dos controles internos da Companhia.

e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Item não aplicável.

5.4 - ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

5.5 - OUTRAS INF. RELEV. - GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

6.1/6.2/6.4 - CONSTITUIÇÃO DO EMISSOR, PRAZO DE DURAÇÃO E DATA DE REGISTRO NA CVM

Data de constituição do emissor:	12/11/2008	País de constituição:	Brasil
Forma de constituição do emissor:	Sociedade Anônima		
Prazo de duração:	16/03/2039	Data de registro CVM:	22/11/2010

Powered by MZiQ

6.3 - BREVE HISTÓRICO

6.3 Breve histórico.

Em outubro de 2008, o consórcio formado pelas empresas Construtora OAS Ltda. ("Grupo OAS") e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("INVEPAR") venceu a concorrência pública internacional para exploração da concessão das rodovias que integram o Corredor Raposo Tavares, realizado pelo Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP").

A fim de explorar a concessão, fomos constituídos em 12 de novembro de 2008, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, por empresa do grupo OAS e INVEPAR, como uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado "Corredor Raposo Tavares", localizado no Estado de São Paulo, que liga o município de Bauru ao de Presidente Epitácio. O Corredor Raposo Tavares é composto pelas rodovias SP-225 (Rodovia João Baptista Cabral Rennó, que liga Bauru a Santa Cruz do Rio Pardo), SP-327 (Rodovia Orlando Quagliato, que liga Santa Cruz do Rio Pardo a Ourinhos) e SP-270 (Rodovia Raposo Tavares, que liga Ourinhos a Presidente Epitácio), e acessos ("Corredor").

O Corredor, com mais de 444 quilômetros de extensão, sendo 388 quilômetros de eixo principal e 56 quilômetros de acessos, percorre 34 municípios, sendo 27 deles no eixo principal e 7 em vicinais, com forte potencial econômico e é uma das principais vias de ligação entre o Estado de Mato Grosso do Sul e o Estado de São Paulo e a toda Região Sul do País, sendo um importante corredor de escoamento da produção agrícola de Mato Grosso do Sul.

Além de administrar o Corredor Raposo Tavares (444 km), também tem como obrigação realizar a conservação especial e manutenção de 389,78 quilômetros de rodovias vicinais, estes serviços consistem na restauração do pavimento, dispositivos de segurança, sinalização e obras de artes especial (OAEs) e na manutenção rotineira dos elementos rodoviários.

O contrato de concessão, com duração de 30 anos, foi assinado em 16 de março de 2009, e já em 17 de março de 2009, iniciamos as operações nas rodovias, disponibilizando aos usuários os serviços de atendimento referentes a socorro médico e socorro mecânico. Na mesma oportunidade, iniciamos, também, a execução do programa de recuperação emergencial das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, chamado de Programa Intensivo Inicial (PII), o qual foi concluído após 8 meses, em novembro de 2009.

Em 3 de agosto de 2009, a empresa do grupo OAS que detinha ações de nossa emissão vendeu para a INVEPAR todas as ações que detinha no nosso capital, com exceção de 1 ação ordinária.

Em dezembro de 2009, inauguramos nove praças de pedágio ao longo do trecho concedido, sendo que duas delas foram em substituição as já existentes, dando continuidade à arrecadação que culminou em uma receita líquida de pedágio e acessória de R$23,7 milhões em 2009, sendo que, em 2010, com o ciclo

completo de 12 meses de arrecadação, atingimos uma receita líquida de pedágio e acessória de R$159,1 milhões. Desde então o valor da receita líquida de pedágio e acessória tem crescido, sendo R$ 177,8 milhões, R$ 203.273 milhões, R$ 230.720 milhões, nos anos de 2011, 2012 e 2013 respectivamente, tendo terminado o último exercício social com o valor de R$ 248.700 milhões.

Em 22 de novembro de 2010, obtivemos registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Entre 2009 e 2011, captamos recursos para fins de financiar nossas atividades por meio da emissão de notas promissórias e debêntures públicas com esforços restritos, bem como por meio de obtenção de financiamento junto ao BNDES, sendo que em 2012 quitamos o valor referente a essa primeira emissão de debêntures públicas com esforços restritos, com a segunda emissão de debêntures públicas em regime de garantia firme de colocação. Para mais informações, ver Seções 18 e 10.1 (d), respectivamente, deste Formulário de Referência.

Em 01 de março de 2012, a empresa do Grupo OAS que era nossa acionista direta cedeu para INVEPAR 1 ação ordinária de nossa emissão, o que tornou a INVEPAR a nossa única acionista direta. A INVEPAR por sua vez, tem como acionistas (i) 3 sociedades do Grupo OAS; (ii) BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações, fundo exclusivo da PREVI; (iii) a PETROS; e a (iv) FUNCEF. Cada um dos referidos acionistas de nossa controladora detém, aproximadamente, 25% do capital votante desta. Para maiores informações ver Seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Realizamos em 15 de dezembro de 2012 a Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400. Foram emitidas 750.000,00 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando R$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais). A emissão se deu em duas (2) séries, sendo que para a Primeira Série foram emitidas 380.000 (trezentas e oitenta mil) Debêntures no âmbito da Lei 12.431/11 e para a Segunda Série forma emitidas 370.000 (trezentas e setenta mil) as quais não contaram com os benefícios da Lei na Lei 12.431/11.

O prazo de vencimento das debêntures é de 12 (doze) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024, data em que será devido o Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), acrescido do saldo da Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão). O pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser realizado em uma única parcela, na data de vencimento.

6.5 - INFORMAÇÕES DE PEDIDO DE FALÊNCIA FUNDADO EM VALOR RELEVANTE OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

6. Histórico do Emissor

6.5 Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos.

A Companhia não foi objeto de qualquer pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

6.6 Outras informações relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

7.1 - DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS

7 Atividades da Companhia

7.1 Atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas, sumariamente

Nós celebramos em 16 de março de 2009, o Contrato de Concessão Rodoviária nº 002/ARTESP/2009, com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), conforme Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008. O Contrato de Concessão possui por objeto a concessão da exploração do "Corredor Raposo Tavares". A concessão consiste na execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, no apoio e na execução de serviços não delegados e na gestão dos serviços complementares, mediante a cobrança de tarifas de pedágio. O prazo contratual é de 30 anos, sendo permitida a alteração do prazo na hipótese de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O corredor Raposo Tavares se estende desde a cidade de Bauru até a divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, totalizando 444 km de extensão, e sendo composto pelas rodovias SP-225 (João Baptista Cabral Rennó), SP-327(Orlando Quagliato) e SP-270 (Raposo Tavares).

O objeto da concessão é a exploração do conjunto de pistas de rolamento do sistema rodoviário denominado "Corredor Raposo Tavares", suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: (i) SP-225 - João Baptista Cabral Rennó - km 235+040 a km 317+800, acesso: SPA 247/225 – Piratininga, SPA 277/225 – Paulistânia; (ii) SP-327 - Orlando Quagliato - km 0+000 a km 32+433, acessos: SPA 007/327 – Santa Cruz do Rio Pardo, SPA 026/327 – Ourinhos; e (iii) SP-270 - Raposo Tavares - km 381+703 a km 654+730, acessos: SPA392/270 – Salto Grande, SPA 424/270 – Platina, SPA 440/270 – Assis, SPA 441/270 – Assis, SPA 471/270 – Maracaí, SPA 552/270 – Regente Feijó, SPA 553/270 – Anhumas, SPA 576/270 – Álvares Machado, SPA 586/270 – Presidente Bernardes, SPA 597/270 – Santo Anastácio, SPA 608/270 – Piquerobi, SPA 619/270 – Pres. Venceslau, SPA 634/270 – Caiuá, SPA 637/270 – Caiuá, SPA 652/270 – Presidente Epitácio.

E ainda, realiza a conservação especial e manutenção de 389,78 quilômetros de rodovias vicinais, a seguir: (i) na rodovia SP-225 - João Baptista Cabral Rennó: Paulistânia – PST 035 – 2,87 km, Santa Cruz do Rio Pardo – SCD 328 – 12,06 km, Santa Cruz do Rio Pardo – SCD 354 – 1,59 km, Santa Cruz do Rio Pardo – SCD 005 – 2,61 km, Santa Cruz do Rio Pardo – SCD 314 – 12,02 km; (ii) na rodovia SP-327 - Orlando Quagliato: São Pedro do Turvo – SPT 035 – 4,38 km, Ourinhos – OUR 118 –9,25 km, Ourinhos – OUR 020 –5,87 km, Ourinhos – OUR 322 –1,53 km; e (iii) na rodovia SP-270 - Raposo Tavares: Salto Grande – SGR 139 –7,62 km, Ribeirão do Sul – RBS 060 – 4,51 km, Ibirarema – IBM 122 – 9,87 km, Ibirarema – IBM 324 – 0,69 km, Campos Novos Paulistas – CNP 050 – 14,16 km, Palmital – PMT 317 – 1,44 km, Assis – ASS 245 – 7,14 km, Platina – PNT 075 – 11,59 km, Maracaí – MRC 138 – 5,72 km, Maracaí – MRC 060 – 0,89 km, Tarumã – TRM 308 –10,35 km, Rancharia – RHR 281 –4,34 km, Rancharia – RHR 154 –16,49 km, Paraguaçu Paulista – PGP 265 – km 21,03, Presidente Prudente – PSP 397 – 8,04km, Álvares Machado – AVM 030 – 16,23 km, Álvares Machado – AVM 075 – 3,17 km,

Presidente Bernardes – PSB 040 – 22,57 km, Santo Anastácio – SAS 055 – 1,17 km, Santo Anastácio – SAS 393 – 27,37 km, Mirante do Paranapanema – MPR 311 – 14,62 km, Presidente Venceslau – PSV 040 – 17,99 km, Presidente Venceslau – PSV 253 – 1,15 km, Marabá Paulista – MBP 173 – 15,92 km, Marabá Paulista – MBP 023 – 15,34 km, Marabá Paulista – MBP 322 – 4,71 km, Presidente Epitácio – PSE 050 – 4,11 km, Presidente Epitácio – PSE 174 – 61,85 km, Presidente Epitácio – PSE 341 – 3,70 km, Teodoro Sampaio – TDS 328 – 1,72 km, Teodoro Sampaio – TDS 152 – 2,136 km. Este serviço consiste em restauração do pavimento, dispositivos de segurança e sinalização.

O mapa abaixo mostra a localização do sistema rodoviário administrado por nós, incluindo as vicinais:



Estamos obrigados a cumprir com todos os termos e condições estipulados no contrato de concessão. Genericamente, estamos obrigados a (i) prestar garantia ao cumprimento integral de nossas obrigações nos termos do contrato de concessão; (ii) manter seguro adequado; (iii) obter financiamento adequado para a execução dos serviços; (iv) manter atualizados os registros dos bens da concessão; e (v) divulgar ao Poder Concedente as informações referentes à execução e administração dos serviços. Além disso, nos cabe promover desapropriações e instituir servidões administrativas necessárias à realização dos serviços compreendidos pelas funções de ampliação, vinculados à concessão.

Por fim, temos o direito de usar os bens pertencentes ao Poder Concedente, necessários à prestação dos serviços contemplados no contrato de concessão, incluindo a rodovia e todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema rodoviário (os

"bens da concessão"). Somos responsáveis pela manutenção dos bens da concessão e obrigados a devolvê-los em boa condição operacional ao Poder Concedente ao término do prazo de concessão.

Recuperação e Melhorias Implementadas

Nos primeiros 8 meses da concessão, em 2009, implementamos o Programa Intensivo Inicial (PII), de recuperação emergencial, que previa operação tapa-buracos, limpeza, poda da vegetação, desobstrução dos sistemas de drenagem, reparos de dispositivos de proteção como defensas metálicas e guarda-corpos de pontes e viadutos, além da melhoria da sinalização em todo o corredor Raposo Tavares.

Já com relação a operação da rodovia, com vistas a melhoria constante na prestação de nossos serviços, um novo "*modus operandi*" denominado "Inspeguincho" entrou em operação no ano de 2014, que consiste em 16 veículos, caminhões adaptados com guinchos leves e cabines, equipados com kits de equipamentos que permite realizar os primeiros reparos do veículo. Estes veículos realizam a inspeção da rodovia durante 24 horas, cumprindo o ciclo de inspeção, conforme previsto no edital de concessão e com a possibilidade da realização de serviços como remoção de veículo de passeio e utilitários com problemas mecânicos e ainda realizar o transporte de motoristas e passageiros em atendimento com segurança, proporcionando maior agilidade ao atendimento e conforto ao usuário.

A operação dos Inspeguinchos teve início no mês de agosto de 2014. Desde então, possibilitou a identificação de uma quantidade maior de usuários com necessidade de auxílio na via, que resultou em um aumento de 18% no número de atendimentos realizados pela CART aos usuários (agosto a dezembro).

A eficácia do projeto foi reconhecida pela Agência Reguladora, que em setembro de 2015, após 1 ano do lançamento do projeto piloto, homologou o novo modelo de prestação de serviço, que vem apresentando resultados positivos. O tempo médio de chegada de remoção reduziu cerca de 18%, os atendimentos com plotagens zero (tempo zero – chegada em tempo real) aumentaram em 52% e os indicadores continuam atingindo resultados superiores aos parâmetros estabelecidos pela ARTESP.

No último exercício social, a CART entregou 20 novos dispositivos, reformou outros 7 e concluiu a duplicação de 88,6 quilômetros de rodovia.

Em 2015 realizou serviços de manutenção e conservação das rodovias, como limpeza e reparos no sistema de drenagem, sinalização e elementos de proteção e segurança (EPS), capina e roçada, execução de aceiros e podas de árvores, implantou: (i) mais de 583 atenuadores de impacto; (ii) 184.726 m² de sinalização horizontal; (iii) 2.819,26 m de drenagem; (iv) 66.580 m de defensas metálicas; (v) 1.410 placas de sinalização vertical e (vi) 27.520 unidades de taxas refletivas.

Executou ainda, (i) 14.749,25 m³ de reparos localizados, (ii) 27.879 reparos emergenciais no pavimento, (iii) construção de (iv) 2 bases da PMRv nos municípios de Rancharia e Presidente Venceslau, (v) recuperou 413,23 metros de barreiras de concreto; (vi) 14.612,19 m de drenagem; (vii) 7.220 m de defensas metálicas; (viii) 106.370 unidades de taxas refletivas e (ix) 265 pontos de erosão.

Nas estradas vicinais realizou (i) 272 reparos emergenciais no pavimento, implantou: (ii) 32.497,44 m² de sinalização horizontal; (iii) 304,9 m de drenagem; (iv) 520 m de defensas metálicas; (v) 68 placas de sinalização vertical; e (vi) 1.128 unidades de taxas refletivas.

Ainda, recuperou: (i) 12 obras de artes especiais, entre elas a recuperação de pontes, viadutos, galerias e passagens de gado, (ii) 2.883,73 m de drenagem e (iii) 10.262 unidades de taxas refletivas.

Com o objetivo de mapear o comportamento do fluxo de veículos no Corredor Raposo Tavares, foi implantada a primeira fase do projeto Gestão de Fluxo Rodoviário CART usando a tecnologia OCR, que através de equipamentos e softwares captura as placas dos veículos e geram dados para a análise do tráfego e rotas alternativas ao longo do trecho da concessionária, permitindo a construção de estratégias e tomadas de decisão alinhadas ao planejamento estratégico.

Além dos investimentos e melhorias por nós realizados, tendo em vista o compromisso com nossos acionistas e investidores de adotar sempre as melhores práticas na área de gestão, além da busca constante por melhoria e inovação, o ano de 2015 foi marcado por investimentos nas áreas de gestão.

Após a auditoria realizada pelo organismo certificador Bureau Véritas, o Sistema de Gestão CART foi recomendado para a manutenção da certificação nas normas internacionais ISO 9001:2008 (gestão de qualidade), ISO 14001:2004 (gestão ambiental) e OHSAS 18001:2007 (gestão de saúde e segurança ocupacional). Alicerçado na gestão dos processos internos para eficiência operacional, respeito ao meio ambiente e na preocupação com a saúde e segurança do trabalhador, o modelo de gestão demonstra aderência aos padrões normativos e a utilização das premissas desses padrões em benefícios aos clientes, poder concedente, colaboradores, acionistas e demais partes interessadas.

A CART também consolidou a gestão por processos com base na metodologia BPM (*business process management*), que direciona com precisão os esforços internos para o atendimento dos objetivos estratégicos da Companhia e das expectativas dos nossos *stakeholders*.

Implantou também a solução *Business Intelligence* (BI) para gestão de indicadores das áreas. O termo BI, inteligência de negócios, refere-se ao processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações que oferecem suporte a gestão de negócios os quais transformam uma grande quantidade de dados brutos em informação úteis para tomadas de decisões estratégicas. O projeto visa: acompanhar os indicadores de forma centralizada, maior agilidade na tomada de decisão, garantir a

segurança da informação e analisar os dados de forma dinâmica, contribuindo para os resultados e entrega da estratégia da companhia.

Na Gestão de Riscos Corporativos foram incorporadas as rotinas de avaliação de controles internos, que consiste na verificação de aderência e alinhamento das ações determinadas para mitigação dos riscos, construindo uma visão preventiva da Cia para situações que possam impactar o atendimento a estratégia.

No Planejamento Estratégico foi finalizada a revisão do Plano, com ações específicas até 2020 para busca no atendimento a Missão e Visão da Cia.

Acompanha através de ferramenta de controle e discute melhorias em reuniões de *report* que ocorrem mensalmente os pacotes de projetos do Orçamento Base Zero (OBZ), metodologia implementada com o objetivo de alocar recursos de maneira eficiente.

A CART obteve a 7ª posição no ranking geral do Prêmio Artesp "Concessionárias do Ano" 2015, entre as 20 concessionárias participantes da premiação. Esta é a segunda edição do prêmio, que em 2014 trouxe a CART em 18ª posição. O resultado reflete o avanço na performance dos atendimentos, serviços prestados e segurança oferecida aos usuários nas rodovias sob sua concessão.

Nas categorias "Qualidade dos Serviços" e "Segurança Rodoviária", a CART ficou entre as três primeiras concessionárias com melhor desempenho no estado, resultado do empenho na prestação de serviços com excelência, prezando a vida de quem passa pelo Corredor CART.

Todas essas iniciativas solidificam o compromisso da CART no curto, médio e longo prazos, em garantir a perenidade do negócio, o retorno aos seus investidores e a excelência no atendimento aos usuários.

Tarifas e Praças de Pedágio

Conforme o Edital de Licitação, a concessão possui 9 praças de pedágio com cobrança nos dois sentidos de tráfego, 1 centro de controle operacional e 12 bases de atendimento ao usuário. A tarifa ofertada no Leilão foi de R$0,064660 por quilômetro em pista simples e de R$ 0,090525 em pista dupla, representando uma redução de 16,11% da tarifa máxima do edital. A partir de julho de 2012, as tarifas praticadas são de R$0,080066 por quilômetro em pista simples e de R$0,112093 em pista dupla, face aos ajustes anuais concedidos pelo Poder Concedente, indexados ao IPCA.

O sistema de arrecadação é baseado em praças do tipo "barreira", onde cada praça de pedágio corresponde a determinada extensão rodoviária e dos acessos à disposição do usuário, chamado "trecho de cobertura da praça de pedágio" ("TCP").

As tarifas de pedágio cobradas são baseadas em categorias de veículos, aplicando-se um determinado fator multiplicador da tarifa básica a oito categorias de veículos. A classificação é feita de acordo com o número de eixos do veículo, sendo que um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado. As tarifas cobradas variam de praça a praça. As tarifas cobradas em cada praça de pedágio não variam durante os dias da semana.

Receita Líquida de Pedágios e Acessórias

A tabela abaixo mostra nossa receita líquida de pedágios e acessórias referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

(R$ mil)	**2015**	**2014**	**2013**
Receita Líquida de Pedágios e Acessórias	270.630	248.700	230.720

Volume de Tráfego

Nós medimos o volume de tráfego no Corredor Raposo Tavares em termos do número total de eixos-equivalentes pedagiados. A unidade eixo-equivalente é uma medida de volume de tráfego pedagiado.

Sistema para Cobrança de Pedágios

O Sistema para a Cobrança de Pedágios compreende a operação dos postos de arrecadação durante 24 horas por dia, controle do tráfego de veículos e o controle financeiro e contábil dos valores arrecadados. Este sistema é homologado e certificado por órgão indicado pela ARTESP, permitindo a este órgão fiscalizador a coleta de informações on-line.

O sistema possui dois módulos de operação de cobrança de pedágio nas rodovias: o módulo manual e o automático (*Automatic Vehicle Identification*ou ou "AVI"). O sistema manual exige que o motorista pare na praça de pedágio e pague a tarifa correspondente à categoria de seu veículo, conforme classificação visual identificada pelo arrecadador e validada pelos sensores de pistas. O módulo manual permite o recebimento em espécie, cupons vale pedágio e cartão vale pedágio, e representou 41,15% da receita apurada no exercício de 2015.

O vale pedágio (cupom ou cartão) é uma forma de pagamento utilizada nas praças de pedágio de todo o país por algumas empresas que antecipam o pagamento dos pedágios para seus motoristas, no intuito de

atender a uma determinação do Ministério dos Transportes. A utilização deste meio de pagamento representa na receita do módulo manual 7,94% do total e nos onera em uma taxa de 1,6% por transação.

O módulo AVI, por sua vez, requer a utilização de uma etiqueta eletrônica (TAG) no parabrisa do veículo que o identifica e reconhece sua respectiva categoria. Ao passar por uma praça de pedágio que disponha do módulo de cobrança AVI, antenas captam os sinais emitidos pela TAG e os sensores validam a presença do veículo, registrando o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo. Os dados de cada praça de pedágio são adicionados aos das demais praças e posteriormente debitados na conta corrente ou no cartão de crédito do proprietário do veículo uma vez ao mês. Na eventualidade de tal proprietário permanecer inadimplente, o número do seu respectivo sensor é identificado de forma a impedir a passagem de seu veículo na praça de pedágio com a utilização do sistema AVI. O módulo AVI em operação, denominado "Pista Automática", é compatível com o sistema das demais concessionárias do Estado de São Paulo e de algumas das concessionárias federais.

O módulo AVI traz diversas vantagens, na medida em que representa economia de tempo e maior conveniência para o motorista, bem como uma redução dos nossos custos operacionais. O módulo AVI não implica riscos adicionais de cobrança para nossas operações eis que eventual inadimplência dos usuários é suportada pelas operadoras de serviços de arrecadação ("OSAs").

Um novo protocolo de comunicação para o modelo de cobrança automático foi publicado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), através da resolução 001 de 12 de fevereiro de 2014, diante disso, a CART iniciou as adequações necessárias em sua solução de arrecadação, visando o atendimento desta resolução.

O novo protocolo altera a forma de envio e recebimento de informações para as gestoras de meio de pagamento. A comunicação era realizada através da troca de arquivos de mensagens, passa a ser realizada de forma *on-line* entre concessionárias e gestoras de meio de pagamento.

Este processo também é auditado pela ARTESP, visando garantir o cumprimento dos prazos de comunicação definidos. Com a nova resolução o fluxo das informações ocorre quase que simultaneamente após a passagem dos usuários nas pistas, garantindo assim atualização imediata de saldo nos TAGs e das condições dos mesmos nas pistas.

Todas as nossas 9 praças de pedágio estão equipadas com o módulo de arrecadação AVI. A utilização deste meio de pagamento representou 58,85% da nossa receita apurada no exercício de 2015.

Pontos Fortes

Nossos principais pontos fortes são:

Rodovias localizadas em áreas estratégicas. Acreditamos que nossas rodovias têm uma importância estratégica para a economia dos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pois formam um importante corredor de escoamento de toda a produção agrícola da Região, sendo importante corredor de ligação com os Portos de Santos/SP e Paranaguá/PR. Além disso, o agronegócio tem estimulado o crescimento dos pequenos e médios municípios localizados ao longo do nosso Corredor, ocasionando, consequentemente, o aumento do trânsito de veículos de passeio pela região, em razão do progressivo crescimento das atividades comerciais locais, circunstância que tem proporcionado um volume crescente de arrecadação em nossas praças de pedágio.

Modernas praças de pedágio. Utilizamos uma rede de comunicação via fibra óptica com redundância via rádio em nosso sistema de arrecadação de pedágio que nos permite manter inalterados nossos serviços na eventualidade de um rompimento da rede de comunicação existente. Além disso, todas as nossas cabines de cobrança possuem passagem ao centro de controle pelo subsolo, evitando a movimentação dos colaboradores pela via de tráfego, contando, ainda, com eficiente e moderno sistema de ar condicionado. Trata-se de medida que contribui para a segurança dos nossos colaboradores e dos usuários da via, inexistindo registro de acidentes envolvendo pessoas que façam o trajeto das cabines de pedágio para o centro de controle. Além disso, a transferência dos valores arrecadados se dá por meio de duto de compressão ligando a cabine de arrecadação diretamente ao cofre localizado no centro de controle da praça de pedágio. A adoção desta tecnologia nos permitiu uma diminuição nos custos operacionais de arrecadação em razão da redução do número de colaboradores, dada a maior eficiência desse sistema, também proporcionou maior facilidade em rastrear as declarações de arrecadação e realizar os procedimentos de conferência de recebimentos. Essa tecnologia é também mais segura, pois reduz o tempo de permanência do numerário arrecadado dentro das cabines.

Mão-de-obra extremamente treinada e qualificada. Temos como prática a constante capacitação de nossos colaboradores. Para tanto, investimos, desde o início da Concessão até 31 de dezembro de 2015, mais de R$ 2.29 milhões em treinamentos, o que representa aproximadamente 121 mil horas/homem treinados, entre colaboradores próprios e terceirizados. Proporcionamos aos nossos colaboradores programas de capacitação e aperfeiçoamento profissional com foco no desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, alinhados aos objetivos estratégicos da organização. Como resultado, contamos com equipes de alto desempenho, satisfeitas com as rotinas de trabalho e mais comprometidas com nossas metas operacionais, cuja média de rotatividade de colaboradores no último ano foi de 2,26%

Adotamos um padrão diferenciado de práticas de governança corporativa e sustentabilidade. A Governança Corporativa está alicerçada nos pilares da (i) transparência, com uma política de divulgação de informações aprovada pela Companhia e ratificada por todos os administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração); (ii) equidade, com a realização de reuniões prévias, com a disponibilização de toda a matéria a ser aprovada posteriormente pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral; (iii) prestação de contas, com a contratação de auditoria independente com vasta expertise no assunto, que audita os balanços e demonstrações financeiras da empresa, antes da apreciação das contas

pela Assembleia Geral e (iv) responsabilidade corporativa, implementando nas áreas ambiental e de desenvolvimento social projetos que visam proteger e preservar o meio ambiente e desenvolver a região. Além disso, um dos nossos compromissos é com o meio ambiente. Promovemos ações em prol do desenvolvimento sustentável, visando um futuro melhor às novas gerações e reduzindo significativamente o impacto ambiental de nossas atividades.

Estratégia

Nossa Estratégia é Prestar serviços eficientes na operação do Corredor CART, gerando resultados crescentes e sustentáveis para a sociedade, clientes e acionistas, sempre buscando ser o caminho preferido de pessoas, o que pretendemos alcançar por meio das estratégias abaixo:

Contínua melhoria das condições físicas das rodovias que integram o Corredor Raposo Tavares. As rodovias que integram o Corredor estão frequentemente sob manutenção em sua pavimentação, sinalização viária, sistemas de drenagem, obras de artes especiais e edificações sempre visando o conforto e a segurança dos usuários, além da satisfação do Poder Concedente. Isso se evidencia através da constante manutenção de nossas vias, mediante o recapeamento de trechos danificados, substituição de placas de sinalização viária, realização de obras de arte especiais e edificações. Executamos obras de implantação de acostamentos, de duplicação dos trechos de pista simples da rodovia, melhoramento de dispositivos existentes e implantação e melhoria da sinalização viária, de passarelas, pontos de ônibus.

Contínua implantação de programas voltados à saúde, segurança e meio ambiente. A CART realiza a gestão do clima organizacional, através de ações como o Programa "Viva Bem". No ano de 2015, foram realizadas em média 40 ações e campanhas que visaram proporcionar mais qualidade de vida aos nossos colaboradores. Além disto, a CART demonstra o seu compromisso com a saúde, segurança e bem-estar dos seus colaboradores e terceiros baseado no Sistema de Gestão Integrado.

Regulamentação do Setor de Concessões Rodoviárias

O programa brasileiro de concessões de rodovias teve início em 1993, após a promulgação da Lei n° 8.666, que estabeleceu regras gerais para os processos de licitação e contratação entre a administração pública e o setor privado. Com base nessa lei, o governo federal, durante 1993 e 1994, representado pelo DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem), realizou a licitação pública de quatro rodovias e uma ponte, marcando o início do programa brasileiro de concessão de rodovias. Em 13 de fevereiro de 1995, foi promulgada a Lei nº 8.987, a qual dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Seguindo esses passos iniciais, a promulgação da Lei n° 9.277, em maio de 1996, autorizou a União a delegar aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal a administração e operação de determinadas rodovias federais, as quais também foram alvo de concessão. Nesse contexto, a Lei nº 10.233, de junho de 2001, deu início ao processo de

reestruturação do setor de transporte terrestre brasileiro, por meio da criação dos seguintes órgãos reguladores:

Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte – CONIT: a quem compete propor políticas nacionais de integração dos diferentes modos de transporte de pessoas e bens em conformidade com (i) as políticas de desenvolvimento nacional, regional e urbano, de defesa nacional, de meio ambiente e de segurança das populações, formuladas pelas diversas esferas de governo; (ii) as diretrizes para a integração física e de objetivos dos sistemas viários e das operações de transporte sob jurisdição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (iii) a promoção da competitividade, para redução de custos, tarifas e fretes, e da descentralização, para melhoria da qualidade dos serviços prestados; (iv) as políticas de apoio à expansão e ao desenvolvimento tecnológico da indústria de equipamentos e veículos de transporte; e (v) a necessidade da coordenação de atividades pertinentes ao Sistema Federal de Viação e atribuídas pela legislação vigente aos Ministérios dos Transportes, da Defesa, da Justiça, das Cidades e à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

Agência Nacional dos Transportes Terrestres - ANTT: entidade autárquica de direito público, com autonomia financeira e funcional. A ANTT é responsável pela implementação das políticas estabelecidas pelo CONIT e tem autoridade para, dentre outras, (i) regular e supervisionar as atividades de prestação de serviços de transporte rodoviário e de exploração da infraestrutura de transportes, exercidas por terceiros, com vistas a (a) garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas e (b) harmonizar, preservado o interesse público, os objetivos dos usuários, das empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e arrendatárias, e de entidades delegadas, arbitrando conflitos de interesses e impedindo situações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica; (ii) firmar e administrar os contratos de concessão dentre de sua área de atuação; e (iii) revisar e reajustar as tarifas dos serviços prestados, segundo disposições contratuais.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT: entidade autárquica de direito público vinculada ao Ministério dos Transportes, que tem competência para implementar, em sua esfera de atuação, a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e ampliação mediante construção de novas vias e terminais. Também é atribuição do DNIT, em sua esfera de atuação, declarar de utilidade pública bens e propriedades a serem desapropriadas para implementação do Sistema Federal de Viação. O DNER foi submetido a um processo de liquidação, sendo gradualmente sucedido (i) pela União, que assumiu, basicamente, suas ações judiciais e obrigações financeiras, (ii) pela ANTT, a quem foram atribuídas suas obrigações de natureza regulatória e contratos de concessão, e (iii) pelo DNIT, que, de forma geral, assumiu a administração dos projetos relacionados à construção, manutenção e expansão das rodovias, dentre outros. Esse processo de liquidação foi encerrado em 14 de agosto de 2003, com a consequente extinção do DNER. Adicionalmente, foram criadas agências reguladoras para regular e supervisionar as concessões outorgadas na esfera estadual. No Rio de Janeiro,

com base na Lei Estadual nº 2.686, de fevereiro de 1997, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos concedidos do Estado do Rio de Janeiro - ASEP/RJ. Posteriormente, em 6 de junho de 2005, foi publicada a Lei Estadual nº 4.555, que extinguiu a ASEP/RJ e, em substituição, criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANSP, que atualmente regula as concessões de serviço público no Estado do Rio de Janeiro. Em São Paulo, por meio da Lei Complementar Estadual nº 914, de 14 de janeiro de 2002, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

7.2 - INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS OPERACIONAIS

7.2 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) produtos e serviços comercializados
b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor
c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

7.3 - INFORMAÇÕES SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS RELATIVOS AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

7.3 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a) características do processo de produção
b) características do processo de distribuição
c) características dos mercados de atuação, em especial:
   (i) participação em cada um dos mercados
   (ii) condições de competição nos mercados
d) eventual sazonalidade
e) principais insumos e matérias primas, informando:
   (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável
   (ii) eventual dependência de poucos fornecedores
   (iii) eventual volatilidade em seus preços

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

7.4 - CLIENTES RESPONSÁVEIS POR MAIS DE 10% DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL

7.4 Clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a) montante total de receitas provenientes do cliente

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

7.5 - EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL NAS ATIVIDADES

7.5 Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

7.6 - RECEITAS RELEVANTES PROVENIENTES DO EXTERIOR

7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

7.7 - EFEITOS DA REGULAÇÃO ESTRANGEIRA NAS ATIVIDADES

7.7 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor.

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

7.8 - POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

7.8 Em relação a políticas socioambientais, indicar: a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais, b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações, c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente, e d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações.

Somos uma subsidiária integral da INVEPAR, a qual é uma holding pura, que estabelece as diretrizes da atuação socioambiental e do investimento social privado para o grupo. Nas empresas, a gestão é de responsabilidade das áreas de RSE (Responsabilidade Social Empresarial), que constituem a rede de pontos focais.

A Invepar adotou os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis como ferramenta de diagnóstico das práticas de gestão nas empresas do grupo. O processo de autoavaliação é bianual e resulta na elaboração de Planos de Melhoria Contínua que são implementados pelos Comitês Internos de RSE das empresas. Participam dos Comitês diversas áreas funcionais.

Pelo menos três vezes ao ano, Invepar e pontos focais se reúnem para reuniões de trabalho com o objetivo de realizar alinhamentos estratégicos, compartilhamento de boas práticas, planejamento de ações, avaliação de projetos e atividades de capacitação. Em 2015, realizamos, com a assessoria de uma consultoria especializada, uma oficina sobre os Princípios do Equador - conjunto de diretrizes e ferramentas para gestão de riscos adotado por instituições financeiras para identificar, mapear e gerir as ameaças socioambientais nos projetos em que investem.

Desde 2010, a Invepar e o Instituto Invepar são signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que prescreve a adoção nos negócios de dez princípios nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com a adesão da LAMSAC ao Pacto, em 2015, todas as empresas 100% Invepar passaram a comprometer-se com a iniciativa.

A Invepar publica desde 2012, seu Relatório Anual segundo diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). O relatório anual 2015, contou pelo segundo ano consecutivo com asseguração externa pela KPMG das informações contidas no reporte.

O Relatório Anual da Invepar, composto com informações da CART de 2015 pode ser acessado em seu website, no endereço: http://www.cart.invepar.com.br/ ou através do website da Invepar http://ri.invepar.com.br/rao2015/

Em 2015 foi estabelecida a Política de Sustentabilidade Invepar, com o objetivo de desenvolver a gestão sustentável e responsável nas suas concessões. As diretrizes da nova política permitem tornar o Grupo cada vez mais preparado para gerenciar riscos em suas operações, atender às crescentes exigências de acionistas e investidores em questões ambientais, sociais e de governança, gerenciar as pressões da sociedade em temas socioambientais, identificar oportunidades de negócio e inovação, e, finalmente, ampliar a reputação e apreciação dos públicos de relacionamento com a Companhia.

As ações socioambientais são conduzidas pelas diretrizes de responsabilidade socioambiental do Instituto Invepar. Para promover o desenvolvimento e a valorização dos territórios impactados atuamos em três áreas temáticas consideradas fundamentais: educação, cultura e esporte, e meio ambiente, tendo o empreendedorismo e apoio à gestão pública como temas transversais.

Assumimos compromissos voluntários e pautamos nossas atividades por iniciativas como o Pacto Global Rede Brasileira, o GRI Global Reporting Initiatives; Indicadores Ethos de Negócios Sustentáveis; GIFE pelo Impacto do Investimento Social e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

7.9 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.9 Outras informações relevantes.

Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade.

Instituto Invepar e o Relacionamento Comunitário

Entidade criada em 2000, o Instituto Invepar orienta e apoia as iniciativas de Investimento Social Privado nas comunidades do entorno das empresas controladas. Ter e manter um bom relacionamento com as comunidades é uma busca constante do Grupo. As concessionárias, com o apoio do Instituto Invepar, usam uma metodologia de trabalho nos seus territórios que envolve, entre outros:

(i) Realização de pré–diagnóstico socioambiental e socioeconômico
(ii) Realização de plano de comunicação durante toda a implantação de um projeto e em áreas afetadas por obras
(iii) Implementação de ações compensatórias e de mitigação de impactos, inclusive em processos de desapropriações e reassentamentos
(iv) Identificação e mapeamento de atores locais e organizações formais e informais
(v) Definição de plano de relacionamento comunitário no entorno das concessões
(vi) Execução de projetos de investimento social, prioritariamente em áreas e comunidades de maior vulnerabilidade social (conheça abaixo os principais projetos apoiados)
(vii) Realização contínua de campanhas de sensibilização para temas sensíveis em nossas operações como, exploração sexual de crianças e adolescentes em rodovias, educação no trânsito e segurança viária, trabalho infantil no sítio aeroportuário, entre outros.

O relacionamento do grupo Invepar com a comunidade se dá por meio das empresas e suas iniciativas voltadas à convivência e ao diálogo constante junto às lideranças e moradores do entorno. As principais ações estão reportadas no Relatório Anual da Companhia sob o indicador GRI G4-SO1.

Desde 2010, a CART assinou o Pacto Global, iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas) que tem como objetivo mobilizar empresas para a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Desde 2012, a CART apoia projetos socioambientais através do edital para seleção de projetos do Instituto INVEPAR e empresas da controladas. Esse processo especifica critérios que permitem cruzar as vertentes-foco do Instituto com os impactos que cada projeto-candidato pode causar nas operações, tendo a CART investido em 2015 o valor de R$ 529.193,69, nesses diversos projetos.

O relatório anual da *holding* utiliza a metodologia GRI (*Global Reporting Initiative*), uma das mais utilizadas e reconhecidas em todo o mundo. Criada por ONG homônima, ela contribui para a adoção da prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho

organizacional, tendo como objetivo final promover o desenvolvimento sustentável. A CART participa deste processo de elaboração do relatório e mensuração de indicadores de sustentabilidade.

Em 2015, a CART aplicou os indicadores Ethos, desenvolvidos pelo Instituto Ethos para empresas interessadas em avaliar sua gestão sob a perspectiva da sustentabilidade e da responsabilidade social. Os resultados geraram um plano de ação para áreas diversas da empresa.

A CART conta com Comitê Interno de Responsabilidade Socioambiental que mantêm contato constante para o intercâmbio de informações e experiências, o planejamento de ações e o estabelecimento conjunto de estratégias, metas e objetivos. Participam colaboradores das áreas como recursos humanos, desenvolvimento social, governança corporativa, comunicação, suprimentos, saúde e segurança, meio ambiente, segurança patrimonial, financeiro, relações institucionais, engenharia, operação viária, ouvidoria, planejamento estratégico, jurídico, entre outras.

Realiza anualmente o *Workshop* da Responsabilidade Socioambiental momento de contato com fornecedores, órgãos públicos, ONG´s e comunidade acadêmica, com o objetivo de difundir conceitos e práticas socioambientais bem como fortalecer parcerias e ações.

No evento realizado em 2015, contou com a participação de cerca de 81 pessoas em eventos realizados em Bauru e em Presidente Prudente, no encontro detalharam as formas de captação de recursos e seus benefícios para as empresas privadas, organizações públicas e terceiro setor.

Foram realizados durante todo o ano de 2015 encontros comunitários periódicos em Assis e Presidente Prudente, projeto denominado de "Café com Ideia na Comunidade", que objetiva expor as ações desenvolvidas pela CART e pelas organizações sociais, conhecer a realidade da comunidade e oportunizar o fortalecimento de parcerias e ações.

A CART também patrocina diversos projetos socioambientais em parceria com o Instituto INVEPAR, são eles:

Geração de Renda III*:* Objetiva a reestruturação interna das associações de reciclagem de Álvares Machado e Presidente Venceslau e otimização da quantidade e qualidade do material reciclável coletado. Diagnosticar a estrutura organizacional e financeira das associações, promover a sensibilização e conscientização dos moradores dos municípios para a separação correta dos resíduos sólidos domésticos e dar subsídios aos associados para otimizarem suas condições financeiras e organizacionais através de ferramentas de gestão. É a terceira fase de um projeto desenvolvido há cerca de 3 anos com a participação de 23 associados.

Projeto Renovar*: C*ontribuir para que situações de vulnerabilidade sejam amenizadas e que os jovens participantes possam se desenvolver integralmente e de forma saudável, em consonância com uma perspectiva de respeito aos direitos humanos. Conta com a participação de 60 adolescentes. Busca

ampliar o conhecimento e o acesso dos jovens aos serviços oferecidos pelo município em relação aos insumos de prevenção e as questões que envolvem o universo da saúde sexual e reprodutiva, alcançar além dos benefícios que o esporte possibilita ao corpo e à mente, um aprendizado de trabalho em equipe e consolidação do coletivo, lazer, convívio social.

***Projeto Seguindo em Frente**:* atender preferencialmente pessoas que foram impactadas pelo fechamento das Usinas instadas no Corredor CART e que se encontram desempregadas. Receberam capacitações robustas focadas nas necessidades econômicas e sociais de cada cidade. Também foi realizado a mentoria para novos negócios e articulações com poder público local, empresas e demais atores que se fizerem necessários, para o escoamento do produto, promovendo a empregabilidade e geração de renda do microempreendedor individual, negócios sociais e inclusivos como estratégias de inclusão econômica e social, através de capacitações e estratégias orientadas ao empreendedorismo.

***Integr@Assis**:* tem como proposta a inclusão social de adolescentes em situação de vulnerabilidade através do esporte, da arte e da profissionalização. Projeto atende 340 adolescentes que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida.

***Projeto Plantando Árvores e Aproximando Pessoas**: v*isa a restauração florestal de áreas degradadas da Mata Atlântica na região de Presidente Epitácio, ampliando a conectividade entre os fragmentos florestais, estabelecendo corredores ecológicos, protegendo a biota, os recursos hídricos, a fauna silvestre e a flora brasileira.

***Projeto Malha**:* propõe contribuir para um processo integrado de coleta, armazenamento, análise e proposição de medidas de mitigação de impactos de empreendimentos lineares relacionados a atropelamento de fauna selvagem.

Além destes a CART desenvolve outros projetos:

Saúde e Cidadania: realizado nas bases de SAUs (Serviço de Atendimento ao Usuário), através de testes de saúde e orientações de segurança viária através dos materiais educativos entregues ao final dos testes. Em 2015 foram realizados **3395** atendimentos preventivos como teste de glicemia e aferição de pressão.

Trânsito Legal: por meio de palestras e de atividades práticas e lúdicas são abordadas questões relacionadas à prevenção de acidentes de trânsito e de preservação da vida. Em 2015 cerca **5578** pessoas participaram destes encontros, recebendo também materiais educativos.

Apoio aos migrantes da rodovia: Os migrantes (andarilhos) que passam pelo eixo de concessão são acolhidos pela equipe da CART, recebendo informações e diretrizes pertinentes à segurança viária. Aqueles que necessitam de apoio médico ou social são encaminhados às entidades sociais para a atenção necessária. Aos que estão bem física e mentalmente e desejam prosseguir viagem, são oferecidos

equipamentos de segurança para que sejam identificados com mais facilidade ao trafegar na rodovia, o que mitiga os riscos de atropelamento. Em 2015, **494** migrantes foram atendidos e devidamente orientados.

Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias: em 18 de maio, quando é solenizado o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a concessionária participou, em parceria com órgãos públicos, entidades e empresas privadas, empregados e usuários de uma série de atividades educativas e de conscientização. A concessionária distribui 110 mil folhetos alusivos ao tema e instalou 10 outdoors em locais estratégicos de municípios da rodovia. Dos municípios que a empresa atende diretamente, 52% participaram ativamente desta campanha.

Projeto Incentivo Legal*:* É um projeto de estímulo à cidadania e ao voluntariado que incentiva os colaboradores da CART a destinarem até 6% do valor de seu Imposto de Renda (IRPF) ao Projeto Socioambiental Broto Verde de Assis/SP, que atende 50 adolescentes em atividades de cidadania e educação ambiental.

Assumimos o compromisso de ser um agente de desenvolvimento regional, influenciando positivamente sua rede de fornecedores, os quais adequaram seus produtos e serviços às exigências decorrentes da implantação do Sistema de Gestão CART.

A CART tem realizado um forte trabalho de recuperação do meio ambiente em todo o trecho de concessão, com iniciativas como: (i) convênio com hospital médico-veterinário para recuperação e reabilitação de animais silvestres e domésticos; recuperação de 265 pontos de erosão; (ii) utilização de tintas à base de água nas obras de engenharia; (iii) reutilização de material fresado; (iv) conscientização ambiental de colaboradores; (v) doação de 5.000 mudas de árvores nativas à Prefeituras Municipais e 600 mudas aos colaboradores; (vi) manutenção da certificação da NBR ISO 14001:2004; (vii) realização do controle da fumaça preta em toda a frota diesel própria e de terceiros; (viii) gerenciamento de resíduos; e (ix) implantação do programa de substituição de materiais que geram menos impacto ao meio ambiente através da utilização de materiais reciclados; (x) realização de análises de potabilidade da água para consumo humano e monitoramento da qualidade da água de 30 rios ao longo de sua concessão; (xi) atendimento a ocorrências de acidentes com produtos perigosos;

Em 2015, a CART desenvolveu, ainda, o Programa de Restauração Ecológica da Reserva Estadual de Assis do Instituto Florestal, que contou com o plantio de 76 mil mudas; e ainda desenvolveu o Programa de Restauração Ecológica da Reserva Estadual de Pederneiras do Instituto Florestal, que contou com o plantio de 150 mil mudas, ambas como parte de compensações ambientais. Em relação à fauna, deu continuidade ao programa "Proteção à Fauna do Corredor Raposo Tavares", através da implantação de 14 mil metros de telas de condução de fauna e firmou parceria com o Centro Brasileiros de Estudos em Ecologia de Estradas que tem auxiliado a concessionária na identificação e pontos críticos de atropelamento de animais silvestres e na adoção de medidas para redução das ocorrências, contribuindo assim com a redução de 70% no índice de atropelamento da fauna silvestre nos trechos onde o programa

já foi implantado pela Concessionária. Em uma ação inovadora, a CART contratou a empresa Via Fauna, cuja a responsável técnica Me. Fernanda Abra, considerada referência em medidas de mitigação de atropelamento de fauna no Estado de São Paulo, elaborou um projeto para regularização do Manejo de Fauna das rodovias da CART. A CART será a primeira concessionária de rodovias do Estado de São Paulo a ter este procedimento inteiramente regularizado junto ao Departamento de Fauna (DeFau) da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Este trabalho também contemplou a elaboração de manual de primeiros socorros para atendimento de animais acidentados cujos inspetores da CART serão treinados pela própria Fernanda. Por fim, foram realizadas 56 capturas distribuídas em cinco Classes (Amphibia, Aves, Mammalia, Reptilia e Insecta), durante todas as atividades de duplicação dos trechos do Km 242+230m ao Km 298+900, no sistema viário da Rodovia João Batista Cabral Rennó (SP-225).

Mantendo o compromisso com o meio ambiente, a CART realiza o inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE). Em 2015, o inventário identificou quais gases do efeito estufa são emitidos direta e indiretamente em suas atividades. As emissões diretas são aquelas cuja fonte é mantida e controlada pela empresa, como as resultantes da queima do combustível dos veículos pertencentes à Companhia. Já as indiretas contemplam o consumo de energia no escritório, deslocamentos terrestres e aéreos de colaboradores e terceirizados, efluentes gerados nos sanitários do escritório, resíduos de papel das impressões, dentre outros. Essa iniciativa é um dos diversos instrumentos que direcionam as ações de sustentabilidade, agregando valor à Concessionária.

E com a finalidade de minimizar os impactos ao meio ambiente e preparar as equipes no atendimento e resposta rápida a situações emergenciais que poderiam impactar o ambiente interno e externo com o qual a concessionária interage, foram realizados 26 simulados nas sedes administrativas e no trecho operacional concedido, sendo 03 destes para tratamento de acidentes com cargas perigosas, capacitando a equipe e parceiros da CART para uma resposta rápida a estes tipos de incidentes, comuns em um ambiente rodoviário.

Descrição das relações mantidas com fornecedores e usuários

Procuramos permanentemente disseminar nossos valores e práticas direcionados à gestão sustentável dos negócios.

Por sermos uma concessionária de serviços públicos, não temos clientes, mas sim usuários. O nosso relacionamento com fornecedores e usuários é norteado pelos princípios de integridade e transparência.

Mantemos com nossos fornecedores um relacionamento transparente e pautado pela valorização. Para selecioná-los, analisamos a qualidade do produto e/ou serviço, a disponibilidade e as condições comerciais. Ademais, seguimos critérios rigorosos na fase de qualificação, em que são checadas questões socioambientais, de saúde e segurança ocupacional e econômico-financeira, assim como a adequação à legislação e a conformidade com as licenças ambientais.

Políticas e Práticas de Recursos Humanos

Nossa área de Recursos Humanos tem a missão de atuar como parceiro estratégico, assegurando um sistema de gestão de pessoas que valorize o potencial humano e um ambiente organizacional favorável a motivação das pessoas, engajando-as com os resultados do negócio.

As políticas e práticas são oriundas dos seguintes subsistemas da área: Recrutamento e Seleção, Treinamento e Desenvolvimento, Clima e Qualidade de Vida, Administração de Pessoal, Saúde e Segurança do Trabalho e Comunicação Interna.

Realizar a gestão do clima organizacional, promover ações de qualidade de vida, desenvolvimento e retenção do capital humano são compromissos da CART. A companhia entende que estas práticas favorecem o ambiente de trabalho para superação de desafios e continuidade do negócio.

Em 31 de dezembro de 2015, nosso quadro de colaboradores era composto por 659 funcionários diretos e 1834 indiretos.

8.1 - AQUISIÇÃO/ALIENAÇÃO ATIVO RELEVANTE

8. Negócios Extraordinários.

8.1 Indicação de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Nós não realizamos operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - ALTERAÇÕES NA CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS

8.2 Indicação de alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

Não houve alterações significativas na formação de condução dos nossos negócios.

8.3 - CONTRATOS RELEVANTES

8.3 Identificação dos contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nós não celebramos contratos relevantes que não estivessem diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

8.4 - OUTRAS INF. RELEV. - NEGÓCIOS EXTRAORD.

8.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

9.1 - BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES - OUTROS

9.1 Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial

a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização;
b) ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando:
   (i) duração
   (ii) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos
   (iii) possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor
c) as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar
   (i) denominação social
   (ii) sede
   (iii) atividades desenvolvidas
   (iv) participação do emissor
   (v) se a sociedade é controlada ou coligada
   (vi) se possui registro na CVM
   (vii) valor contábil da participação
   (viii) valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários
   (ix) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil
   (x) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados
   (xi) montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais
   (xii) razões para aquisição e manutenção de tal participação

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

9.1 - BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES / 9.1.a - ATIVOS IMOBILIZADOS

9.2 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.2 Outras informações relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

10.1 - CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

10.1 Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras

As informações contidas neste item 10 foram extraídas das nossas demonstrações financeiras. A análise dos nossos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a nossa situação financeira. Os nossos Diretores não podem garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As nossas demonstrações contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e crescimento do produto interno bruto.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014 o capital circulante da Companhia foi positivo de R$ 92.099 mil e negativo de R$ 81.629 mil, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015 a companhia apresenta capital circulante negativo de R$ 863.743 mil, ocasionado pela transferência da dívida do longo prazo para o curto prazo, conforme detalhado no item 10.1 (f) (iv).

Nossos Diretores entendem que proveremos recursos suficientes para liquidar nossos compromissos de curto e longo prazo, tendo como base o forte potencial de geração de caixa, inerente aos negócios de concessão de rodovias, além dos recursos a serem obtidos por meio de aporte de capital.

A nossa liquidez corrente, calculada pela divisão do nosso ativo circulante pelo nosso passivo circulante, foi de 0,09 em 31 de dezembro de 2015, ocasionado pela transferência da dívida do longo prazo para o curto prazo, conforme detalhado no item 10.1 (f) (iv). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a liquidez corrente era de 0,36 e 1,88 respectivamente.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizavam, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R$ 14.227 mil. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os recursos de caixa e equivalentes de caixa eram R$ 22.004 e R$ 117.949 mil, respectivamente.

Acreditamos, ainda, que temos condições financeiras e patrimoniais suficientes para contratar novos endividamentos no mercado que sejam necessários para a execução de nossas atividades, observadas as restrições contratuais de endividamento a que estamos sujeitos, conforme indicado no item 10.1(f) (iv)

abaixo.

O nosso endividamento bruto, representado pelo passivo circulante e o passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2015, era de R$ 1.941.512. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o endividamento bruto era de R$ 1.838.081 e R$ 1.483.667 mil, respectivamente.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 31 de dezembro de 2015, nossa estrutura de capital era composta de 19,7% de capital próprio e 80,3% de capital de terceiros, o que nós e nossos Diretores consideramos um índice adequado para a natureza das atividades que desenvolvemos.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 nossa estrutura de capital era composta de 20,1% e 25,6% de capital próprio, 79,9% e 74,4% de capital de terceiros, respectivamente. Entendemos essa estrutura de capital é adequada ao atendimento das nossas necessidades operacionais diante do estágio inicial da empresa. Ademais, nossas captações externas são vinculadas a políticas de gestão de recursos onde não há exposição desnecessária dos nossos ativos, além disso, nós realizamos um contínuo acompanhamento de mercado para melhorar nossas negociações.

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

A CART não possui ações resgatáveis emitidas ou em circulação, nem disposições em nosso estatuto social prevendo tal possibilidade. Vale destacar que, conforme restrição prevista no contrato de concessão, não poderemos, durante todo o prazo de concessão, reduzir nosso capital social, a qualquer título, ou adquirir ações de nossa emissão sem prévia e expressa autorização da ARTESP.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando nosso perfil de endividamento, fluxo de caixa, bem como nossos investimentos na concessão, nós, os Diretores, acreditamos que teremos condições de prover recursos de capital suficientes para fazer frente aos investimentos e honrar nossas obrigações, embora não seja possível assegurar que tais condições manter-se-ão inalteradas ao longo do tempo.

Nossas principais fontes de recursos são (a) o caixa gerado por meio das nossas atividades operacionais, (b) empréstimos e financiamentos; e (c) aportes de capital de nosso acionista controlador.

Nós, os Diretores, entendemos que a CART tem condições para honrar os compromissos assumidos considerando que o cronograma de amortizações das dívidas a longo prazo está alinhado com a geração de caixa das atividades operacionais conforme evolução do EBITDA.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 nosso EBITDA totalizou R$ 108.839 e R$ 124.320 mil, respectivamente.

Para informações sobre a reconciliação do EBITDA com o nosso prejuízo líquido, ver item 3.2 – Medições Não Contábeis, desse Formulário de Referência.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação dos nossos projetos e cumprimento de nossos objetivos sociais, financiamos nossas atividades, desde o início de nossa operação, por meio de captação de recursos através de contratos financeiros de curto, médio e longo prazo firmados com instituições financeiras de primeira linha, emissão de valores mobiliários, tais como notas promissórias e debêntures, além de receita decorrente do fluxo de caixa operacional.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Caso seja necessário para cobertura de deficiência de liquidez, a Companhia possui linha de crédito pré-aprovada junto ao Banco Bradesco S.A. que poderá ser utilizada desde que cumpra com as cláusulas relativas às restrições previstas no contrato firmado junto ao BNDES e Escritura da 2º Emissão de Debentures, conforme explicado no item 10.1 "f".iv desse Formulário de Referência.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:
(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;
(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2015, o montante do endividamento representado pelo Passivo Circulante e pelo Passivo Não Circulante da nossa Companhia era de R$ 1.941.512 mil.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante do endividamento representado pelo Passivo Circulante e pelo Passivo Não Circulante da nossa Companhia era de R$ 1.838.081 mil.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante do endividamento representado pelo Passivo Circulante e pelo Passivo Não Circulante da nossa Companhia era de R$ 1.483.667 mil.

Os índices de endividamento apresentados no quadro 3.7 do Formulário de Referência foram baseados no seguinte critério aritmético:

$$\frac{PC + PNC}{PL}$$

Sendo:

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

PL = Patrimônio Líquido

Adicionalmente, a tabela abaixo indica o cálculo do índice de endividamento para 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

		Em 31 de dezembro de 2015	Em 31 de dezembro de 2014
(A)	Passivo Circulante	951.462	127.278
(B)	Passivo Não Circulante	990.050	1.710.803
(A+B) = (C)		**1.941.512**	**1.838.081**
(D)	Patrimônio Líquido	476.934	461.181
(C) / (D)	**Índice Endividamento**	**4,1**	**4,0**

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Posição de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos em 31 de dezembro de 2015.

Credor	Tipo	Taxa	Contratado	Saldo em 31/12/2015	Saldo Principal	Juros	Contratação e vencimento	
Bradesco	Conta Garantida	CDI+0,5% a.m.	30.000				jun/15	nov/15
Debenturistas - Série 1	Debêntures	IPCA + 5,80% aa	380.000	471.882	470.727	1.155	dez/12	dez/24
Debenturistas - Série 2	Debêntures	IPCA + 6,05% aa	370.000	459.523	458.339	1.184	dez/12	dez/24
BNDES	Dívida de Longo Prazo	TJLP+2,45% a.a	751.602	521.006	519.130	1.876	fev/11	mar 21 e 23
BNDES	Dívida de Longo Prazo	(IPCA+TRB)+2,45% a.a.	300.641	380.715	335.738	44.977	fev/11	mar/23 e 25
		TOTAL	**1.832.243**	**1.833.126**	**1.783.934**	**49.192**		

Posição de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos em 31 de dezembro de 2014.

Credor	Tipo	Taxa	Contratado	Saldo em 31/12/2014	Saldo Principal	Juros	Contratação e vencimento	

Bradesco	Conta Garantida	CDI+0,2% a.m.	30.000				jun/14	nov/14
Debenturistas - Série 1	Debêntures	IPCA + 5,80% aa	380.000	431.120	430.060	1.059	dez/12	dez/24
Debenturistas - Série 2	Debêntures	IPCA + 6,05% aa	370.000	419.904	418.829	1.075	dez/12	dez/24
BNDES	Dívida de Longo Prazo	TJLP+2,45% a.a	751.602	584.491	582.628	1.864	fev/11	mar 21 e 23
BNDES	Dívida de Longo Prazo	(IPCA+TRB)+2,45% a.a.	300.641	334.931	313.978	20.953	fev/11	mar/23 e 25
		TOTAL	**1.832.243**	**1.770.446**	**1.745.495**	**24.951**		

Posição de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos em 31 de dezembro de 2013.

Credor	**Tipo**	**Taxa**	**Contratado**	**Saldo em 31/12/2013**	**Saldo**		**Contratação e vencimento**	
					Principal	**Juros**		
Bradesco	Conta Garantida	CDI+0,2% a.m.	30.000				dez/13	jun/14
Debenturistas - Série 1	Debêntures	IPCA + 5,80% aa	380.000	404.491	403.587	904	dez/12	dez/24
Debenturistas - Série 2	Debêntures	IPCA + 6,05% aa	370.000	393.884	392.967	917	dez/12	dez/24
BNDES	Dívida de Longo Prazo	TJLP+2,45% a.a	751.602	427.184	425.907	1.277	fev/11	mar 21 e 23
BNDES	Dívida de Longo Prazo	(IPCA+TRB)+2,45 % a.a.	300.641	211.319	195.683	15.637	fev/11	mar/23 e 25
		TOTAL	**1.832.243**	**1.436.878**	**1.418.144**	**18.734**		

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Como garantia do financiamento por nós contratado junto ao BNDES em 10 de fevereiro de 2011, bem como da emissão das debêntures da 1ª Emissão, descrita no item 18.5 desse Formulário de Referência, foram concedidas a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, a vigorar até a final liquidação de todas as obrigações por nós assumidas, dos seguintes direitos: (i) todos os direitos emergentes da Concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do contrato de concessão celebrado entre a CART e a ARTESP; (ii) todos os direitos de crédito, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do contrato de concessão, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para cumprimento das obrigações por nós assumidas, nos termos do contrato de concessão, e todas as receitas acessórias associadas ou

decorrentes da concessão, incluindo, sem limitações as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos temos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão as quais serão direcionadas à conta centralizadora; e (iii) todos os direitos creditórios sobre os valores a serem depositados e mantidos nas "Contas do Projeto". Referidas garantias são compartilhadas entre BNDES e os debenturistas da primeira emissão. Segundo referido compartilhamento, BNDES e os debenturistas são credores conjuntos, não solidários, para o fim específico da execução das garantias compartilhadas e rateio dos valores apurados de forma proporcional às respectivas dívidas garantidas. Após liquidação da 1ª emissão de debêntures e satisfeitas as condições suspensivas previstas na escritura da 2ª emissão de debêntures, o penhor sobre a totalidade das ações da Companhia passou a garantir as debêntures da 2ª emissão, de forma compartilhada com o BNDES. Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de financiamento firmado com o BNDES, ou no caso de inadimplemento das debêntures da 2ª Emissão, conforme o caso, os credores terão o direito de executar as garantias reais estabelecidas, resultando na transferência de tais ações ao BNDES, aos debenturistas da 2ª Emissão e/ou a terceiros por eles indicados, em qualquer caso, mediante prévia anuência da ARTESP.

Não existe grau de subordinação entre as demais dívidas que possuímos.

(iv) eventuais restrições impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Somos parte em alguns contratos financeiros que exigem o cumprimento de obrigações específicas, assim como impõem algumas restrições (*covenants*).

O contrato firmado com o BNDES prevê que não devemos assumir novas dívidas acima do montante correspondente a 15% do faturamento bruto apurado nos últimos 12 meses sem a anuência do BNDES, excluindo desse valor a emissão de debêntures ou de novo financiamento, nos termos previstos no referido contrato, sendo permitido, dentro do referido limite, contrair mútuos com qualquer empresa do Grupo INVEPAR, desde que a taxa de juros não seja diferente da remuneração presente em contratos de empréstimo de curto prazo, como conta garantida e capital de giro, entre a beneficiária e bancos de primeira linha. Ressalta-se que o referido contrato junto ao BNDES prevê que eventuais empréstimos de curto prazo sejam liquidados sempre até 31 de dezembro do ano da sua contratação.

O referido contrato apresenta, ainda, cláusulas de vencimento antecipado caso um evento de inadimplemento ocorra, e de liquidação antecipada obrigatória caso venhamos a obter quaisquer recursos decorrentes da contratação de financiamentos ou caso recebamos quaisquer valores da ARTESP em decorrência do pagamento de indenização resultante do término antecipado do contrato de concessão.

Os financiamentos contratados junto ao BNDES estão sujeitos às condições das "Disposições Aplicáveis

aos Contratos do BNDES" (aprovadas por meio da Resolução da Diretoria do BNDES n° 665/86), que além de disciplinarem a utilização dos recursos, impõem uma série de obrigações ao tomador dos recursos, em particular o disposto no seu Capítulo VI, inciso IX, que estabelece que o tomador não poderá, *"... sem prévia autorização do BNDES, conceder preferência a outros créditos, fazer amortização de ações, emitir debêntures e partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas ..."*. A assunção de novas dívidas, no entanto, é permitida sem a prévia autorização do BNDES, no caso de *"... empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da Beneficiária ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material"*, conforme § 2º do citado capítulo. A mesma norma impõe restrições quanto à modificação do nosso controle acionário sem prévia anuência do BNDES.

Ademais, o atual contrato firmado com o BNDES possui dois *covenants* financeiros, um deles define que o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida ("ICSD"), definido como sendo a divisão do EBITDA ajustado pela soma das amortizações com os juros da dívida financeira de curto e longo prazo, deve ser maior ou igual a 1,2, e o outro *covenant* que consta no contrato é que devemos apresentar a proporção patrimônio líquido sobre o ativo total superior a 20%.

As debêntures emitidas pela Companhia em 2012 possuem certas obrigações e *covenants* financeiros relacionados à cessão de direitos creditórios e emergentes da concessão e penhor das nossas ações, que são descritos de forma detalhada no item 18.5 desse Formulário.

Em 31 de dezembro de 2015 o índice financeiro Patrimônio Líquido/Ativo Total da Companhia é de 19,72%, inferior ao estabelecido. O contrato de financiamento com o BNDES não prevê sanções pelo não atendimento do índice, incluindo o vencimento antecipado.

Por não haver prazo de cura estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, assim como ocorre na Escritura de Debêntures, a Companhia, conservadoramente, transferiu todo o saldo da dívida do referido contrato para o Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2015.

A Controladora da Companhia realizou até 12 de abril de 2016, aportes de capital no montante de R$ 51,0 milhões, reestabelecendo o índice ao exigido no contrato de financiamento.

Em suma, com a cura já realizada, não há qualquer hipótese de vencimento antecipado e, portanto, a Companhia voltará a registrar no Passivo Não Circulante a parcela da dívida do contrato de financiamento com o BNDES vincenda no Longo Prazo no seu ITR.

A Companhia possui os seguintes saldos nas contas reservas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Reserva	Exercícios	
	2015	2014
BNDES	83.113	64.226
Debêntures	5.914	4.943

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Nós possuímos linha de crédito com o BNDES no montante total de R$1,052 bilhão cujo contrato foi assinado em fevereiro de 2011. Em 31 de dezembro de 2015, tínhamos disponível para utilização o montante de R$ 12,8 mil.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As nossas informações financeiras referentes às demonstrações de resultado, aos balanços patrimoniais e às demonstrações de fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 são derivadas das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Nossos Diretores comentam abaixo as principais variações em nossas demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

(em R$ mil)	2015	A.V.%	2014	A.V.%	2014/2015 Var. (%)
Receita operacional de pedágio e acessórias	270.630	63	248.700	38	8,8
Receita de construção	156.827	37	409.440	62	-61,7
Receita líquida	**427.457**	**100**	**658.140**	**100**	**-35,1**
Custo dos serviços prestados	-195.671	-45,8	-172.245	-26,2	13,6
Custos de construção	-155.274	-36,3	-405.386	-61,6	-61,7
Lucro bruto	**76.512**	**17,9**	**80.509**	**12,2**	**-5**
Despesas operacionais	**-40.483**	**-9,5**	**-39.290**	**-6,0**	3
Despesas gerais e administrativas	-32.488	-7,6	-30.073	-4,6	8
Remuneração dos administradores	-2.573	-0,6	-1.410	-0,2	82,5
Depreciações	-5.422	-1,3	-7.807	-1,2	-30,5
Despesas financeiras, líquidas	**-243.446**	**-57**	**-162.157**	**-24,6**	**50,1**

Despesas financeiras	-261.007	-61,1	-183.492	-27,9	42,2
Receitas financeiras	17.561	4,1	21.335	3,2	-17,7
Outras receitas operacionais, liquidas	-18.812	-4	502	0	-3.847,4
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**-226.229**	**-52,9**	**-120.436**	**-18,3**	**87,8**
Imposto de renda e contribuição social	2.982	1	40.230	6	-92,6
Prejuízo do período	**-223.247**	**-52,2**	**-80.206**	**-12,2**	**178,3**

Receita operacional de pedágio e acessórias

A receita operacional liquida de pedágio e acessórias passaram de R$ 248.700 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R$ 270.630 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 21.930 mil, ou 8,8%. Os principais impactos foram:

- Receita com pedágio apresentou um crescimento de R$ 21,3 milhões, representado principalmente pelo: (i) reajuste tarifário em 1º de julho de 2015 e (ii) reclassificação tarifária das praças de pedágio no segundo semestre de 2015 em função da entrega de trechos de duplicação da SP 225 e SP 270. A receita acessória apresentou um aumento de R$ 0,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deveu-se principalmente pelo reajuste dos contratos.

Receita de construção

A receita de construção passou de R$ 409.440 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 156.827 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, uma diminuição de R$ 252.613 mil ou 61,7%. A variação é explicada pelas diferentes etapas do cronograma de obras entre os períodos de comparação.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados passou de R$ 172.245 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 195.671 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 23.426 mil, ou 13,6%. Os principais impactos para a variação negativa foram: (a) depreciação e amortização, que reflete os investimentos realizados no período, (b) provisão de manutenção, decorrente das expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos futuros com a recomposição do pavimento, após o término da sua vida útil, (c) outros custos operacionais, que considera a contrapartida da baixa de valores do ativo intangível, decorrentes dos custos adicionais com o refazimento de serviços oriundos do Contrato de Construção da Companhia; e (d) conservação & manutenção, com um aumento de 40,4% em relação a 2014, quando houve um período de estiagem não comum para a época (a constância de chuvas demanda um maior volume de intervenções para

manutenção do pavimento). A variação da rubrica também é explicada pelo início da manutenção nas estradas vicinais, a partir do segundo semestre de 2014.

Custo de construção

O custo de construção passou de R$ 405.386 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 155.274 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, uma diminuição de R$ 250.112 mil ou 61,7%. A variação é explicada pelas diferentes etapas do cronograma de obras entre os períodos em comparação.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R$ 30.073 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 32.488 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 2.415 mil ou 8%. A inflação pelo IPCA em 2015 foi de 10,6%.

Despesas financeiras líquidas

As despesas financeiras, liquidas, passaram de R$ 162.157 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 243.446 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 81.289 mil ou 50,1%. Essa variação ocorreu principalmente em razão dos maiores dispêndios de despesas financeiras decorrentes das captações junto ao BNDES no segundo semestre de 2014. Também exerce influência o aumento da inflação (IPCA + 4,24 p.p.) e a taxa de juros de longo prazo (TJLP + 1,21 p.p.).

Imposto de renda e contribuição social

A receita com imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$ 40.230 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 2.982 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Prejuízo do período

Em função do somatório de fatores citados anteriormente, o prejuízo do período passou de R$ 80.206 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 223.247 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 143.041 mil, ou 178,3%.

Comparação das demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Nossos Diretores comentam abaixo as principais variações em nossas demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

					2013/2014
	2014	**A.V.%**	**2013**	**A.V.%**	**Var. (%)**
(em R$ mil)					
Receita operacional de pedágio e acessórias	248.700	38	230.720	45	7,8
Receita de construção	409.440	62	282.080	55	45,2
Receita líquida	**658.140**	**100**	**512.800**	**100**	**28,3**
Custo dos serviços prestados	-172.245	-26,2	-152.467	-29,7	13,0
Custos de construção	-405.386	-61,6	-279.285	-54,5	45,2
Lucro bruto	**80.509**	**12,2**	**81.048**	**15,8**	**-0,7**
Despesas operacionais	**-39.290**	**-6,0**	**-38.593**	**-7,5**	1,8
Despesas gerais e administrativas	-30.073	-4,6	-29.143	-5,7	3,2
Remuneração dos administradores	-1.410	-0,2	-1.465	-0,3	-3,8
Depreciações	-7.807	-1,2	-7.985	-1,6	-2,2
Despesas financeiras, líquidas	**-162.157**	**-24,6**	**-118.832**	**-23,2**	**36,5**
Despesas financeiras	-183.492	-27,9	-144.818	-28,2	26,7
Receitas financeiras	21.335	3,2	25.986	5,1	-17,9
Outras receitas operacionais, liquidas	502	0	15	0	3246,7
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**-120.436**	**-18,3**	**-76.362**	**-14,9**	**57,7**
Imposto de renda e contribuição social	40.230	6	25.784	5	56,0
Prejuízo do período	**-80.206**	**-12,2**	**-50.578**	**-9,9**	**58,6**

Receita operacional de pedágio e acessórias

A receita operacional liquida de pedágio e acessórias passaram de R$ 230.720 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, para R$ 248.700 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 17.980 mil, ou 7,8%. Os principais impactos foram:

- Receita com pedágio apresentou um crescimento de R$ 18,0 milhões, representado principalmente pelo: ((i) aumento de VEPs no período, que respondeu por R$ 10,8 milhões; (ii) reclassificação tarifária da praça de pedágio de Ourinhos, ocorrida em 11 de agosto de 2013 em função da entrega de trecho de duplicação da SP-327; (iii) reajuste tarifário em 1º de julho de 2014 (ainda que abaixo do previsto em contrato de concessão – as condições para o reajuste de tarifa, modificadas pelo Poder Concedente em 2013, estão em discussão com a ARTESP, conforme detalhado mais adiante) e (iv) reclassificação tarifária das praças de pedágio de Piratininga, Assis, Rancharia, Regente Feijó e Pres. Bernardes, todas ocorridas em 24 de novembro de 2014, em função da entrega de trechos de duplicação da SP-225 e SP-270.

Somados, os efeitos tarifários foram responsáveis por R$ 9,4 milhões; diminuição da receita acessória de R$ 2,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deveu-se principalmente pelo término de um contrato de locação de fibra óptica de curto prazo, em julho de 2013.

Receita de construção

A receita de construção passou de R$ 282.080 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 409.440 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 127.360 mil ou 45,2%. O impacto positivo da receita de construção está relacionado ao volume de investimento.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados passou de R$ 152.467 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 172.245 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 19.778 mil, ou 13,0%. Os principais impactos para a variação negativa foram: (a) depreciação e amortização, decorrentes do maior volume de investimentos e (b) provisão de manutenção, decorrente das expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos futuros com a recomposição do pavimento, após o término da sua vida útil e início da provisão das vicinais em virtude de convênios assinados com os municípios.

Custo de construção

O custo de construção passou de R$ 279.285 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 405.386 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 126.101 mil ou 45,2%. A variação está relacionada ao maior volume de investimento no período.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R$ 29.143 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 30.073 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 930 mil ou 3,2%. A inflação pelo IPCA em 2014 foi de 6,4%.

Despesas financeiras líquidas

As despesas financeiras, liquidas, passaram de R$ 118.832 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 162.157 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 43.325 mil ou 36,5%. Essa variação ocorreu principalmente em razão dos maiores dispêndios de despesas financeiras devido ao aumento do volume de endividamento.

Imposto de renda e contribuição social

A receita com imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$ 25.784 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 40.230 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Prejuízo do período

Em função do somatório de fatores citados anteriormente, o prejuízo do período passou de R$ 50.578 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 80.206 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 29.628 mil, ou 58,6%.

Comparação das demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Nossos Diretores comentam abaixo as principais variações em nossas demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

					2012/2013
	2013	**A.V.%**	**2012**	**A.V%**	**Var. (%)**
(em R$ mil)					
Receita operacional de pedágio e acessórias	230.720	45	203.273	52,3	13,5
Receita de construção	282.080	55	185.561	47,7	52,0
Receita líquida	**512.800**	**100**	**388.834**	**100**	**31,9**
Custo dos serviços prestados	-152.467	-29,7	-133.916	-34,4	13,9
Custos de construção	-279.285	-54,5	-183.724	-47,2	52,0
Lucro bruto	**81.048**	**15,8**	**71.194**	**18,3**	**13,8**
Despesas operacionais	**-38.593**	**-7,5**	**-38.913**		-0,8
Despesas gerais e administrativas	-29.143	-5,7	-30.634	-7,9	-4,9
Remuneração dos administradores	-1.465	-0,3	-1.170	-0,3	25,2
Depreciações	-7.985	-1,6	-7.109	-1,8	12,3
Despesas financeiras, líquidas	**-118.832**	**-23,2**	**-81.286**	**-20,9**	**46,2**
Despesas financeiras	-144.818	-28,2	-89.823	-23,1	61,2
Receitas financeiras	25.986	5,1	8.537	2,2	204,4
Outras receitas operacionais, liquidas	15	0	92	0	-83,7
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**-76.362**	**-14,9**	**-48.913**	**-12,6**	**56,1**
Imposto de renda e contribuição social	25.784	0	8.346	2,1	208,9
Prejuízo do período	**-50.578**	**-9,9**	**-40.567**	**-10,4**	**24,7**

Receita operacional de pedágio e acessórias

A receita operacional líquida de pedágio e acessórias passaram de R$ 203,273 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R$ 230.720 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 27.447 mil, ou 13,5%. Os principais impactos foram:

Receitas com pedágio apresentou um crescimento de R$ 23,7 milhões, representado principalmente pelo: (i) aumento de VEPs (Veículos Equivalentes Pagantes) no período, que resultou em um impacto positivo de R$ 18,9 milhões, (ii) reajuste tarifário ocorrido em 1º de julho de 2012, e reclassificação tarifária da praça de pedágio de Ourinhos, ocorrida em 11 de agosto de 2013 em função da entrega de trecho de duplicação da SP-327. Os fatores tarifários significaram um incremento de R$ 4,8 milhões de receita;

Receitas acessórias obteve um crescimento de R$ 3,7 milhões, representado principalmente pelas receitas advindas dos contratos de cessão de direito de uso de rede óptica.

Receita de construção

A receita de construção passou de R$ 185.561 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R$ 282.080 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 96.519 ou 52,0%. O impacto positivo da receita de construção está relacionado ao volume de investimento.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados passou de R$ 133.916 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R$ 152.467 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 18.551 mil, ou 13,9%. Os principais impactos para a variação negativa foram: (a) depreciação e amortização, decorrentes do maior volume de investimentos e (b) custos operacionais, reflexo da maior atividade operacional da Companhia no ano. A variação negativa foi atenuada principalmente pela otimização dos custos com serviços de manutenção civil.

Custo de construção

O custo de construção passou de R$ 183.724 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R$ 279.285 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 95.561 mil ou 52,0%. O impacto positivo do custo de construção está relacionado ao volume de investimento.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R$ 30.634 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R$ 29.143 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, ou seja, uma redução de R$ 1.491 ou 4,9%. Essa diminuição ocorreu principalmente em razão dos esforços para redução de despesas.

Despesas financeiras líquidas

As despesas financeiras, liquidas, passaram de R$ 81.286 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R$ 118.832 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 37.546 ou 46,2%. Essa variação ocorreu principalmente em razão dos maiores dispêndios de Despesas Financeiras devido ao aumento do volume de endividamento, atenuado por uma maior disponibilidade de caixa e consequente aumento das receitas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A receita com imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$ 8.346 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R$ 25.784 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Prejuízo do período

Em função do somatório de fatores citados anteriormente, o prejuízo do período passou de R$ 40.567 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R$ 50.578 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 10.011 mil, ou 24,7%.

BALANÇO PATRIMONIAL

Nossos Diretores comentam abaixo as principais variações nas contas de ativo, passivo e patrimônio líquido de nossos balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao nosso balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(em R$ mil)

	31/12/2015	A.V. %	31/12/2014	A.V. %	2014/2015 Var. (%)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	14.227	0,6	22.004	1,0	-35,3
Aplicações financeiras	48.693	2	0	0,0	0
Créditos a receber	16.672	0,7	16.129	0,7	3,4

Estoques	2.661	0,1	1.960	0	35,8
Impostos a recuperar	3.511	0,1	3.573	0,2	-1,7
Adiantamentos diversos	1.938	0	1.415	0	37,0
Despesas antecipadas	0	0	-	0	0
Partes relacionadas	17	0	568	0	-97,0
Outros	0	0	0	0	0
Total do ativo circulante	**87.719**	**3,6**	**45.649**	**2,0**	**92,2**
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	89.027	3,7	69.168	3,0	29
Imposto de renda e contribuição social diferidos	147.095	6,1	144.113	6,3	2,1
Depósitos judiciais	15.589	0,6	11.564	0,5	34,8
Partes relacionadas	520	0,0	0	0,0	0
Outros	9	0	9	0	0,0
Imobilizado	13.614	1	14.211	1	-4,2
Intangível	2.064.873	85,4	2.014.548	87,6	2,5
Total do ativo não circulante	**2.330.727**	**96,4**	**2.253.613**	**98,0**	**3,4**
Total do Ativo	**2.418.446**	**100**	**2.299.262**	**100**	**5,2**
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	901.721	37,3	99.671	4,3	804,7
Debêntures	8.573	0,4	7.196	0,3	19,1
Fornecedores	17.596	0,7	2.146	0	719,9
Salários e encargos sociais a recolher	7.542	0,3	7.564	0,3	-0,3
Impostos e contribuições a recolher	4.482	0,2	3.486	0,2	28,6
Obrigações para direito de concessão	415	0	386	0	7,5
Receita diferida	6.958	0,3	5.060	0,2	37,5
Partes relacionadas	2.438	0	1065	0,0	128,9
Outros	1.737	0,1	704	0,0	146,7
Total do passivo circulante	**951.462**	**39,3**	**127.278**	**5,5**	**647,5**
Passivo Não Circulante					
Provisão de manutenção	67.804	2,8	49.739	2,2	36,3
Empréstimos e financiamentos	-	0,0	819.751	35,7	-100,0
Debêntures	871.823	36,0	790.091	34,4	10,3
Partes relacionadas	143	0	220	0	-35
Provisão para riscos	2.332	0	844	0	176,3
Receita diferida	47.948	2,0	50.158	2,2	-4,4
Total do passivo não circulante	**990.050**	**40,9**	**1.710.803**	**74,4**	**-42,1**
Patrimônio líquido					
Capital social	984.000	40,7	745.000	32,4	32,1
Prejuízo acumulado	-507.066	-21,0	-283.819	-12,3	78,7
Total do patrimônio líquido	**476.934**	**19,7**	**461.181**	**20,1**	**3,4**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.418.446**	**100**	**2.299.262**	**100**	**5,2**

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante apresentou um aumento de R$ 42.070 mil, ou 92,2%, passando de R$ 45.649 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 87.719 mil em 31 de dezembro de 2015. A variação é decorrente principalmente do (a) aumento de R$ 48.693 mil em aplicações financeiras e (b) diminuição de R$ 7.777 mil em caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R$ 22.004 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 14.227 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, uma redução de R$ 7.777 mil.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R$ 0 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 48.693 mil em 31 de dezembro de 2015. Essa variação refere-se a operações de renda fixa lastreadas por operações compromissadas em debêntures e certificados de depósito bancário – CDB, ocorridas no período.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O total do ativo não circulante passou de R$ 2.253.613 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 2.330.727 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 77.114 mil, em função, principalmente do aumento das aplicações financeiras, investimentos no intangível da Companhia e do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R$ 69.168 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 89.027 mil em 31 de dezembro de 2015. A variação é devido ao aumento do volume mantido em contas reservas que servem como garantia ao pagamento do serviço da dívida da Companhia.

Ativo intangível

O saldo do ativo intangível passou de R$ 2.014.548 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 2.064.873 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 50.325 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelos investimentos realizados pela Companhia que são compostos principalmente pelas obras de implantação e melhorias do sistema viário.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$ 144.113 mil em 31 de dezembro

de 2014 para R$ 147.095 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 2.982 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais apurados no período findo em 31 de dezembro de 2015.

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante passou de R$ 127.278 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 951.462 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 824.184 mil. Essa variação é decorrente principalmente pelo aumento de R$ 802.050 mil de empréstimos e financiamentos e aumento de fornecedores de R$ 15.450, conforme explicado abaixo.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R$ 99.671 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 901.721 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 802.050 mil. Esse aumento foi gerado pela transferência do saldo da dívida do contrato de financiamento com o BNDES, de longo para curto prazo.

Fornecedores

O saldo de Fornecedores passou de R$ 2.146 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 17.596 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 15.450 mil. A variação é decorrente de provisões referente aos serviços executados na competência de 2015.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante passou de R$ 1.710.803 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 990.050 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, uma diminuição de R$ 720.753 mil. Essa diminuição é decorrente principalmente de empréstimos e financiamentos de R$ 819.751 mil, compensados pelo aumento de R$ 81.732 mil nas debêntures e de R$ 18.065 mil na provisão de manutenção, conforme explicado abaixo.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R$ 819.751 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 0 mil em 31 de dezembro de 2015. Essa variação foi gerada pela transferência do saldo da dívida do contrato de financiamento com o BNDES, de longo para curto prazo.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2015, a CART possuía debêntures em seu passivo não circulante no valor de R$

871.823. Em 31 de dezembro de 2014 o valor era de R$ 790.091, ou seja, um aumento de R$ 81.732 mil. O crescimento da dívida ocorreu em razão da atualização monetária da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

Provisão de manutenção

A provisão de manutenção passou de R$ 49.739 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 67.804 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 18.065 mil. Essa variação é decorrente das expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos futuros com a recomposição do pavimento, após o término da sua vida útil.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido passou de R$ 461.181 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 476.934 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 15.753 mil. Esse aumento ocorreu em razão do prejuízo de R$ 223.247 mil no ano de 2015, em contrapartida com o aumento de capital de R$ 239.000 mil em 2015.

Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao nosso balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(em R$ mil)

	31/12/2014	A.V. %	31/12/2013	A.V. %	2013/2014 Var. (%)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	22.004	1,0	117.949	5,9	-81,3
Aplicações financeiras	0	0	55.850	2,8	-100,0
Créditos a receber	16.129	0,7	14.466	0,7	11,5
Estoques	1.960	0,1	532	0	268,4
Impostos a recuperar	3.573	0,2	5.507	0,3	-35,1
Adiantamentos diversos	1.415	0	356	0	297,5
Despesas antecipadas	0	0	980	0	-100,0
Partes relacionadas	568	0	605	0	-6,1
Outros	0	0	0	0	0
Total do ativo circulante	**45.649**	**2,0**	**196.245**	**9,8**	**-76,7**
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	69.168	3,0	0	0,0	0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	144.113	6,3	103.882	5,2	38,7
Depósitos judiciais	11.564	0,5	10.317	0,5	12,1
Partes relacionadas	0	0,0	0	0,0	0

Outros	9	0	9	0	0
Imobilizado	14.211	1	16.000	1	-11,2
Intangível	2.014.548	87,6	1.668.601	83,6	20,7
Total do ativo não circulante	**2.253.613**	**98,0**	**1.798.809**	**90,2**	**25,3**
Total do Ativo	**2.299.262**	**100**	**1.995.054**	**100**	**15,2**
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	99.671	4,3	81.916	4,1	21,7
Debêntures	7.196	0,3	1.821	0,1	295,2
Fornecedores	2.146	0,1	774	0	177,3
Salários e encargos sociais a recolher	7.564	0,3	2.987	0,1	153,2
Impostos e contribuições a recolher	3.486	0,2	3.501	0,2	-0,4
Obrigações para direito de concessão	386	0	349	0	10,6
Receita diferida	5.060	0,2	6.049	0,3	-16,3
Partes relacionadas	1.065	0	1595	0,1	-33,2
Outros	704	0,0	5.154	0,3	-86,3
Total do passivo circulante	**127.278**	**5,5**	**104.146**	**5,2**	**22,2**
Passivo Não Circulante					
Provisão de manutenção	49.739	2,2	33.444	1,7	48,7
Empréstimos e financiamentos	819.751	35,7	556.587	27,9	47,3
Debêntures	790.091	34,4	740.886	37,1	6,6
Partes relacionadas	220	0	0	0	0
Provisão para riscos	844	0	862	0	-2,1
Receita diferida	50.158	2,2	47.742	2,4	5,1
Total do passivo não circulante	**1.710.803**	**74,4**	**1.379.521**	**69,1**	**24,0**
Patrimônio líquido					
Capital social	745.000	32,4	715.000	35,8	4,2
Prejuízo acumulado	-283.819	-12,3	-203.613	-10,2	39,4
Total do patrimônio líquido	**461.181**	**20,1**	**511.387**	**25,6**	**-9,8**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.299.262**	**100**	**1.995.054**	**100**	**15,2**

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante apresentou uma redução de R$ 150.596 mil, ou 76,7%, passando de R$ 196.245 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 45.649 mil em 31 de dezembro de 2014. Essa redução é decorrente principalmente do (a) diminuição de R$95.945 mil em caixa e equivalentes de caixa; (b) diminuição de R$55.850 mil em aplicações financeiras; e (c) aumento de R$1.663 mil em créditos a receber, conforme explicado abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R$ 117.949 mil em 31 de dezembro de 2013para R$ 22.004 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, uma redução de R$ 95.945 mil. Essa redução foi gerada principalmente devido aos investimentos ocorridos no exercício de 2014.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R$ 55.850 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 0 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, uma redução de R$ 55.850 mil, devido a transferência de curto prazo para longo prazo.

Créditos a receber

Os créditos a receber passaram de $ 14.466 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 16.129 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 1.663 mil. Esse aumento é decorrente principalmente pela maior utilização de pistas automáticas em nossas praças de pedágio, cujo repasse da receita ocorre num prazo maior.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O total do ativo não circulante passou de R$ 1.798.809 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 2.253.613 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 454.804 mil, em função, principalmente dos investimentos no intangível da Companhia e do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R$ 0 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 69.168 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 69.1689 mil, devido a transferência de curto prazo para longo prazo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$ 103.882 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 144.113 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 40.231 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais apurados no período findo em 31 de dezembro de 2014.

Ativo intangível

O saldo do ativo intangível passou de R$ 1.668.601 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 2.014.548 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 345.947 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelos investimentos no intangível da Companhia que são compostos pela duplicação das rodovias e implantação/melhorias de dispositivos (pontes e viadutos).

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante passou de R$ 104.146 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 127.278 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 23.132 mil. Essa variação é decorrente principalmente pelo aumento de R$ 17.755 mil de empréstimos e financiamentos e aumento das debêntures de R$ 5.375, conforme explicado abaixo.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R$ 81.916 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 99.671 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 17.755 mil. Esse aumento foi gerado principalmente das liberações de parcelas do contrato sênior com o BNDES.

Debêntures

O saldo de Provisões passou de R$ 1.821 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 7.196 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 5.375 mil. Aumento gerado principalmente pela transferência de 1% sobre o valor principal, de longo prazo para curto prazo, a amortizar em dezembro de 2015.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante passou de R$ 1.379.521 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 1.710.803 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 331.282 mil. Esse aumento é decorrente principalmente de empréstimos e financiamentos de R$ 263.164 mil, de debêntures de R$ 49.205 mil e aumento de R$ 16.295 mil na provisão de manutenção, conforme explicado abaixo.

Provisão de manutenção

A provisão de manutenção passou de R$ 33.444 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 49.739 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 16.295 mil. Essa variação é decorrente das expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos futuros com a recomposição do pavimento, após o término da sua vida útil e início da provisão das vicinais em virtude de convênios assinados com os municípios.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R$ 556.587 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 819.751 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 263.164 mil. Esse aumento é decorrente, principalmente das liberações de parcelas do contrato sênior com o BNDES.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2014, a CART possuía debêntures em seu passivo não circulante no valor de R$ 790.091. Em 31 de dezembro de 2013 o valor era de R$ 740.886, ou seja, um aumento de R$ 49.205 mil. O crescimento da dívida ocorreu em razão da atualização monetária da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido passou de R$ 511.387 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 461.181 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, uma redução de R$ 50.206 mil. Essa redução ocorreu em razão do prejuízo de R$80.206 mil no ano de 2014 e em contrapartida o aumento de capital de R$ 30.000 mil em 2014.

Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao nosso balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

(em R$ mil)

	31/12/2013	A.V. %	31/12/2012	A.V. %	2012/2013 Var. (%)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	117.949	5,9	147.078	7,6	(20)
Aplicações financeiras	55.850	2,8	240.056	12,4	(77)
Créditos a receber	14.466	0,7	12.716	0,7	14
Estoques	532	0,0	724	0,0	(27)
Impostos a recuperar	5507	0,3	361	0,0	1425
Adiantamentos diversos	356	0,0	293	0,0	22
Despesas antecipadas	980	0,0	649	0,0	51
Partes relacionadas	605	0,0	536	0,0	13
Outros	-	-	189	0,0	N/A
Total do ativo circulante	**196.245**	**9,8**	**402.602**	**20,7**	**(51)**
Ativo não circulante		-			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	103.882	5,2	78.097	4,0	33
Depósitos judiciais	10317	0,5	893	0,0	1055
Outros	9	0,0	9	0,0	0
Imobilizado	16.000	0,8	19.578	1,0	(18)
Intangível	1.668.601	83,6	1.441.007	74,2	16
Total do ativo não circulante	**1.798.809**	**90,2**	**1.539.584**	**79,3**	**17**
Total do Ativo	**1.995.054**	**100,0**	**1.942.186**	**100,0**	**3**
Passivo circulante					

Empréstimos e financiamentos	81.916	4,1	50.899	2,6	61
Debêntures	1.821	0,09	1.548	0,1	18
Fornecedores	774	0,04	981	0,1	(21)
Salários e encargos sociais a recolher	2.987	0,15	2.766	0,1	8
Impostos e contribuições a recolher	3.501	0,18	3.040	0,2	15
Obrigações para direito de concessão	349	0,02	652	0,0	(46)
Receita diferida	6.049	0,30	8.674	0,4	(30)
Partes relacionadas	1595	0,08	440	0,0	263
Provisões	1.686	0,08	23.489	1,2	(93)
Outros	3.468	0,17	2.112	0,1	64
Total do passivo circulante	**104.146**	**5,22**	**94.601**	**4,9**	**10**
Passivo Não Circulante					
Provisão de manutenção	33.444	1,7	20.534	1,1	63
Empréstimos e financiamentos	556.587	27,9	521.159	26,8	7
Debêntures	740.886	37,1	693.664	35,7	7
Obrigações legais vinculadas a processos judiciais	862	0,0	549	0,0	57
Receita diferida	47.742	2,4	49.714	2,6	(4)
Total do passivo não circulante	**1.379.521**	**69,1**	**1.285.620**	**66,2**	**7**
Patrimônio líquido					
Capital social	715.000	35,8	715.000	36,8	0
Prejuízo acumulado	(203.613)	-10,2	(153.035)	-7,9	33
Total do patrimônio líquido	**511.387**	**25,6**	**561.965**	**28,9**	**(9)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.995.054**	**100,0**	**1.942.186**	**100,0**	**3**

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante apresentou uma redução de R$ 206.357 mil, ou 51%, passando de R$ 402.602 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 196.245 mil em 31 de dezembro de 2013. Essa redução é decorrente principalmente do (a) diminuição de R$29.129 mil em caixa e equivalentes de caixa; (b) diminuição de R$184.206 mil em aplicações financeiras; e (c) aumento de R$1.750 mil em créditos a receber, conforme explicado abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R$ 147.078 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 117.949 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, uma redução de R$ 29.129 mil. Essa redução foi gerada principalmente devido aos investimentos ocorridos no exercício de 2013.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R$ 240.056 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 55.850 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, uma redução de R$ 184.206 mil, principalmente devido aos investimentos ocorridos no exercício de 2013.

Créditos a receber

Os créditos a receber passaram de R$ 12.716 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 14.466 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 1.750 mil. Esse aumento é decorrente principalmente pela maior utilização de pistas automáticas em nossas praças de pedágio, cujo repasse da receita ocorre num prazo maior.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O total do ativo não circulante passou de R$ 1.539.584 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 1.798.809 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 259.225 mil, em função, principalmente dos investimentos no intangível da Companhia e do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$ 78.097 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 103.882 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 25.785 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais apurados no período findo em 31 de dezembro de 2013.

Ativo intangível

O saldo do ativo intangível passou de R$ 1.441.007 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 1.668.601 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 227.594 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelos investimentos no intangível da Companhia que são compostos pela duplicação das rodovias e implantação/melhorias de dispositivos (pontes e viadutos).

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante passou de R$ 94.601 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 104.146 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 9.545 mil. Essa variação é decorrente principalmente pelo aumento de R$ 31.017 mil de Empréstimos e financiamentos, que foi compensado pela redução de R$ 21.803 mil em provisões, conforme explicado abaixo.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R$ 50.899 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 81.916 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 31.017 mil. Esse aumento foi gerado principalmente das liberações de parcelas do contrato sênior com o BNDES.

Provisões

O saldo de provisões passou de R$ 23.489 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 1.686 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, uma redução R$ 21.803 mil. Essa redução foi gerada devido a transferência para longo prazo do custo de emissão de debêntures.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante passou de R$ 1.285.620 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 1.379.521 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 93.901 mil. Esse aumento é decorrente principalmente de empréstimos e financiamentos de R$ 35.428 mil e debêntures de R$ 47.220 mil, que foi compensado pelo aumento de R$ R$ 1.972 mil de receita diferida e pelo aumento de R$ 12.910 mil na provisão de manutenção, conforme explicado abaixo.

Provisão de manutenção

A provisão de manutenção passou de R$ 20.534 mil dezembro de 2012 para R$ 33.444 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 12.910 mil. Essa variação é decorrente das expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos futuros com a recomposição do pavimento, após o término da sua vida útil**.**

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R$ 521.159 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 556.587 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, um aumento de R$ 35.428 mil. Esse aumento é decorrente, principalmente das liberações de parcelas do contrato sênior com o BNDES.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía debêntures em seu passivo não circulante no valor de R$ 740.886. Em 31 de dezembro de 2012 o valor era de R$ 693.664, ou seja, um aumento de R$ 47.222 mil. O crescimento da dívida ocorreu em razão da atualização monetária da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

Receita diferida

A receita diferida passou de R$ 49.714 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 47.742 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, uma redução de R$ 1.972 mil. Essa redução é decorrente da apropriação de receitas acessória no período.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido passou de R$ 561.965 mil em 31 de dezembro de 2012 para R$ 511.387 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, uma redução de R$ 50.578 mil. Essa redução ocorreu em razão do prejuízo de R$50,578 mil no ano de 2013.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Nossos Diretores comentam abaixo as variações em nossos fluxos de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimento e nas atividades de financiamento nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2015	**2014**	**2013**
(em milhares de R$)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	150.594	136.433	126.985
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-202.373	-415.157	-104.531
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento	44.002	182.779	-51.583
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**-7.777**	**-95.945**	**-29.129**

Comparação das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 150.594 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparado ao caixa gerado de R$ 136.433 mil no mesmo período de 2014, representando um aumento de R$ 14.161 mil. A variação deve-se principalmente pelos maiores recebimentos com receita de pedágio.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R$ 202.373 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparado ao caixa utilizado de R$ 415.157 mil no mesmo período de 2014, representando uma diminuição de R$ 212.784 mil. A variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de obras da concessão.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 44.002 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparado ao caixa gerado de R$ 182.779 mil no mesmo período de 2014, representando uma diminuição de R$ 138.777 mil. Essa variação reflete as captações de financiamentos em 2014.

10.2 - RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

10.2 Comentários dos Diretores sobre o resultado das operações.

(a) Resultado das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

Nossos diretores esclarecem que as nossas receitas de prestação de serviços são constituídas preponderantemente pela cobrança de tarifas de pedágio e de receitas acessórias. De acordo com o contrato de concessão celebrado com o Poder Concedente, as receitas acessórias podem complementar as receitas oriundas da cobrança de pedágio, sendo estas: (a) receitas decorrentes dos excessos de peso dos veículos; (b) receitas de análise de projetos; (c) receitas de cobranças de manutenção de acessos às rodovias por empresas que estejam localizadas às margens da área de concessão; (d) receitas recebidas pela ocupação das faixas laterais da rodovia (faixa de domínio) pela passagem de dutos, cabos de fibra ótica; (e) receitas de publicidade não vedadas em lei; e (f) receita de liberações de animais.

A receita de construção é apurada com uma margem em relação aos gastos com a infraestrutura da concessão que são contabilizados conforme o CPC 17 – Contratos de Construção. Essa margem, que no caso da Companhia como há terceirização da obra, é calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A receita de construção tem como contrapartida o ativo intangível.

A tarifa básica de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e é reajustada anualmente em julho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA base maio (acumulado 12 meses), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

De acordo com o contrato de concessão, a tarifa básica de pedágio para cada praça existente é o resultado do trecho de cobertura de pedágio (TCP) a ela correspondente, ou seja, cada praça corresponde a determinada extensão rodoviária pelo valor da tarifa quilométrica ofertada à época da concorrência pública.

O quadro abaixo indica os valores por quilômetro para pista simples e pista dupla no decorrer dos anos:

	Tipo de Pista	**Tarifa Ofertada Reajustada R$/km**
Base Jul/2013*	Pista Simples	0,08007
	Pista Dupla	0,11209
Base Jul/2014*	Pista Simples	0,084858
	Pista Dupla	0,118801
Base Jul/2015	Pista Simples	0,092047
	Pista Dupla	0,128867

***** *Os reajustes dos anos de 2013 e 2014 não ocorreram conforme previsto no contrato de concessão: em 24 de junho de 2013 o Governo do Estado de São Paulo autorizou os reajustes dos contratos de concessão das rodovias estaduais, a partir de 1º de julho de 2013. Porém, comunicou sua decisão de não repassar os valores dos reajustes aos usuários das rodovias. O Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, declarou à época que as condições dos contratos de concessão seriam mantidas, reafirmando a parceria do Estado com a iniciativa privada. Como forma de compensar parte dos impactos desta decisão, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes e da Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), deliberou:*

- *Pela redução de 50% do percentual pago pelas concessionárias a título de ônus variável incidente sobre a receita total arrecadada (de 3% para 1,5%);*
- *Pelo estabelecimento de cobrança da tarifa de pedágio de todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pela Praça de Pedágio (chamados de "eixos suspensos").*

O percentual de reajuste tarifário de 2013, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 6,5%. As medidas mencionadas não têm se mostrado suficientes para compensar o desequilíbrio econômico-financeiro causado pelo não reajuste da tarifa.

De acordo com a deliberação da ARTESP publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 28 de Junho de 2014, foi autorizado a partir de 1º de Julho de 2014 o reajuste de 5,98% às tarifas de pedágio para as rodovias administradas pela Companhia, sendo este 0,39 p.p. inferior ao percentual de reajuste tarifário de 2014, medido pelo IPCA.

A Companhia vem discutindo junto a ARTESP a respeito do reajuste concedido, onde a avaliação das taxas de crescimento por categoria vem sendo acompanhadas em conjunto com a Agência, no sentido de garantir o equilíbrio financeiro da compensação através da cobrança de eixo suspenso e a aplicação do índice de correção previsto no contrato de concessão.

As tarifas de pedágio são diferenciadas por categoria de veículos, em decorrência dos desgastes físicos diferenciados que cada uma das categorias causa à rodovia. A tarifa cobrada de cada categoria de veículo é o resultado do produto da tarifa básica, calculada conforme descrito anteriormente, pelo fator multiplicador da tarifa correspondente a cada tipo de veículo, conforme tabela a seguir:

Cat.	**Tipo de Veículo**	**nº de Eixos**	**Multip. Tarifa**
1	automóvel, caminhonete, furgão e triciclo	2	1,00
2	caminhão leve, ônibus, caminhão trator e furgão	2	2,00
3	caminhão trator, caminhão trator com semi reboque e ônibus	3	3,00
4	caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	4	4,00

5	caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	5	5,00
6	caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	6	6,00
7	automóvel ou caminhonete com semi reboque	3	1,50
8	automóvel ou caminhonete com reboque	4	2,00
9	motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	2	0,50

As localizações, volumes, composições de tráfego e TCP´s das Praças de Pedágio nos anos de 2015, 2014 e 2013, estão indicadas nas tabelas a seguir:

31 de dezembro de 2015
Período: Jan a Dez

Praça de Pedágio	**Rodovias**	**TCP (Km)**			**Veículo Equivalente 1**	**Composição do Tráfego**	
Localização		**Pista Simples**	**Pista Dupla**	**Total**		**Passeio**	**Comercial**
Piratininga KM 251+900	**SP 225**	**23,048**	**21,287**	**44,34**	**3.111.374**	**74%**	**26%**
Santa Cruz do Rio Pardo KM 500+900	**SP 225**	**25,335**	**17,865**	**43,2**	**8.531.854**	**66%**	**34%**
Ourinhos KM 014+500	**SP 327**	**4,825**	**40,550**	**45,38**	**8.142.552**	**69%**	**31%**
Palmital KM 413+400	**SP 270**	**10,055**	**44,91**	**54,96**	**9.232.288**	**59%**	**41%**
Assis KM 453+590	**SP 270**	**7,770**	**48,735**	**56,51**	**3.793.544**	**68%**	**32%**
Racharia KM 512+300	**SP 270**	**0,380**	**43,975**	**44,36**	**2.955.672**	**66%**	**34%**
Regente Feijó KM 541+540	**SP 270**	**8,341**	**38,225**	**46,57**	**2.854.183**	**68%**	**32%**
Presidente Bernardes KM 590.750	**SP 270**	**14,081**	**48,210**	**62,29**	**8.087.674**	**73%**	**27%**
Caiuá KM 639+000	**SP 270**	**45,146**	**1**	**46,15**	**6.078.783**	**64%**	**36%**

[1] Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionado aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).

31 de dezembro de 2014
Período: Jan a Dez

Praça de Pedágio	**Rodovias**	**TCP (Km)**			**Veículo Equivalente 1**	**Composição do Tráfego**	
Localização		**Pista Simples**	**Pista Dupla**	**Total**		**Passeio**	**Comercial**
Piratininga KM 251+900	**SP 225**	**36,705**	**7,630**	**44,34**	**3.245.941**	**72%**	**28%**

Santa Cruz do Rio Pardo KM 500+900	**SP 225**	**25,335**	**17,865**	**43,2**	**8.579.814**	**66%**	**34%**
Ourinhos KM 014+500	**SP 327**	**4,825**	**40,550**	**45,38**	**8.323.595**	**68%**	**32%**
Palmital KM 413+400	**SP 270**	**10,055**	**44,91**	**54,96**	**9.273.450**	**58%**	**42%**
Assis KM 453+590	**SP 270**	**7,770**	**48,735**	**56,51**	**3.872.761**	**68%**	**32%**
Racharia KM 512+300	**SP 270**	**0,380**	**43,975**	**44,36**	**3.087.681**	**64%**	**36%**
Regente Feijó KM 541+540	**SP 270**	**8,571**	**37,995**	**46,57**	**3.063.176**	**64%**	**36%**
Presidente Bernardes KM 590.750	**SP 270**	**47,136**	**15,155**	**62,29**	**8.417.370**	**71%**	**29%**
Caiuá KM 639+000	**SP 270**	**45,146**	**1**	**46,15**	**6.203.841**	**62%**	**38%**

[1] Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionado aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).

31 de dezembro de 2013
Período: Jan a Dez

Praça de Pedágio	**Rodovias**	**TCP (Km)**			**Veículo Equivalente 1**	**Composição do Tráfego**	
Localização		**Pista Simples**	**Pista Dupla**	**Total**		**Passeio**	**Comercial**
Piratininga KM 251+900	**SP 225**	**44,335**	**-**	**44,34**	**3.017.831**	**72%**	**28%**
Santa Cruz do Rio Pardo KM 500+900	**SP 225**	**25,335**	**17,865**	**43,2**	**8.249.356**	**65%**	**35%**
Ourinhos KM 014+500	**SP 327**	**6,422**	**38,953**	**45,38**	**7.985.139**	**67%**	**33%**
Palmital KM 413+400	**SP 270**	**10,055**	**44,91**	**54,96**	**9.005.339**	**58%**	**42%**
Assis KM 453+590	**SP 270**	**18,515**	**37,99**	**56,51**	**3.491.605**	**69%**	**31%**
Racharia KM 512+300	**SP 270**	**44,355**	**-**	**44,34**	**2.811.953**	**65%**	**35%**
Regente Feijó KM 541+540	**SP 270**	**22,421**	**24,145**	**46,57**	**2.836.194**	**66%**	**34%**
Presidente Bernardes KM 590.750	**SP 270**	**55,836**	**6,455**	**62,29**	**8.078.421**	**71%**	**29%**
Caiuá KM 639+000	**SP 270**	**45,146**	**1**	**46,15**	**6.080.057**	**61%**	**39%**

[1] Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionado aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).

ii. fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Os Diretores da Companhia informam que os principais fatores que afetam nosso resultado operacional são (i) a quantidade e as classes de veículos pedagiados, veículos comerciais e de passeio, que são impactados sensivelmente pela situação econômica regional e nacional, (ii) o "efeito calendário", pois varia de acordo com a quantidade de dias úteis e/ou feriados em um determinado período de tempo de eixos-equivalentes no tráfego consolidado; e (iii) e o ciclo da safra de grãos, tendo em vista que somos um importante corredor

de escoamento da produção de grãos na região da Concessão.

Além disso, entendem que o nosso resultado operacional é afetado pelos reajustes tarifários aplicados anualmente, com base na a inflação acumulada do período, conforme fórmula constante do Contrato de Concessão, bem como eventuais revisões tarifárias que ocorrem para reequilibrar econômica e financeiramente a concessão considerando a ocorrência de fatos supervenientes e imprevisíveis.

O negócio da Companhia está diretamente associado à evolução e crescimento da economia, assim os Diretores da Companhia acreditam que a evolução do tráfego de veículos acompanhará futuro crescimentos real do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no nosso resultado financeiro.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

10.3 - EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.3 Comentários sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia esclarecem que até a data deste Formulário de Referência, não ocorreu qualquer introdução ou alienação do segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia esclarecem que até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui qualquer participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia esclarecem que até a data deste Formulário de Referência, não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4 - MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS - RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR

10.4 Comentários dos diretores sobre.

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

Os Diretores da Companhia esclarecem que adotam, a partir de dezembro de 2009, todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, e, em razão disso, as nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os Diretores da Companhia informam adicionalmente que não houve novas normas ou pronunciamentos técnicos contábeis expedidos pelo CPC entre as demonstrações financeiras com data-base 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 que gerassem diferença de padrão contábil.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Os Diretores da Companhia informam que não houve efeitos significativos decorrentes das alterações das práticas contábeis entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do Auditor.

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos Auditores Independentes não apresentam ressalvas, sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014, e 2013.

Ênfases - Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Continuidade Operacional da Companhia

Foi enfatizado, sem ressalvas, a opinião dos auditores independentes para as notas explicativas números 1 e 9 às Demonstrações Financeiras, que indicam que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R$ 863.743 mil, causado principalmente pelo endividamento de curto prazo no montante de R$ 901.721 mil. Essas condições, comentam os auditores, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a dívida do contrato de financiamento com o BNDES foi, conservadoramente, transferida para o curto prazo em virtude do não cumprimento do índice financeiro Patrimônio Líquido/Ativo Total, por não haver prazo de cura estabelecido no referido contrato. A Controladora realizou até 12 de abril de 2016, aportes de capital no montante de R$ 51,0 milhões, reestabelecendo o índice ao exigido no contrato de financiamento. Em suma, com a cura já realizada, não

há qualquer hipótese de vencimento antecipado e, portanto, a Companhia voltará a registrar no Passivo Não Circulante a parcela da dívida do contrato de financiamento com o BNDES vincenda no Longo Prazo em seus próximos ITR's.

Diligências envolvendo Partes Relacionadas da Companhia

Foi enfatizado as informações constantes na nota explicativa número 1.2, que incluem informações referentes aos fatos sobre investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito da operação "Lava Jato".

Os Diretores da Companhia entendem que não há qualquer indício que a Companhia venha a ser afetada pelos resultados das referidas investigações.

Ênfase - Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Foi enfatizado, sem ressalvas, a opinião dos auditores independentes para a nota explicativa número 1 às Demonstrações Financeiras, que indicam que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 81.629 mil.

A Administração considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa.

10.5 - POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

10.5 Indicação, pelos diretores, das políticas contábeis críticas adotadas pela CART, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

10.6 - ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras:

a) Os Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada, e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos e passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

b) Outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

10.7 - COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.7 Comentários dos diretores sobre itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras da CART.

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

b) Natureza e o propósito da operação.

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

10.8 - PLANO DE NEGÓCIOS

10.8 Comentários dos nossos Diretores sobre os principais elementos do nosso plano de negócios, especificando os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Os Diretores da Companhia informam que o prazo da nossa concessão e as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com a ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039. Com a assinatura do contrato de concessão, o montante previsto para investimentos até 2039 é de R$ 2,4 bilhões.

Os principais investimentos decorrentes da concessão em andamento são referentes a:

(i) duplicação da rodovia e implantação de dispositivos de segurança e entroncamento;
(ii) melhoria de Obras de Arte Especiais;
(iii) implantação de call-box;
(iv) implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre;
(v) tratamento de passivos ambientais (erosões); e
(vi) início do Programa de Intervenção Inicial e conserva nas vicinais.

Os principais investimentos decorrentes da concessão a serem realizados são:

(vii) construção de Postos de Pesagem (fixos e móveis);
(viii) melhoria de Obras de Arte Especiais; e
(ix) implantação de passarelas para travessia de pedestre, pontos de ônibus, atenuadores de impacto, vias marginais, painéis de mensagens fixo.

(ii) Fontes de financiamento dos nossos investimentos.

Nossas fontes de financiamento consistem em aportes de capital por nossos acionistas e empréstimos, preferencialmente os de longo prazo, além da emissão de valores mobiliários no mercado local representativos de dívidas.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Nossos Diretores destacam que não há desinvestimentos relevantes em andamento nem previstos.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não realiza aquisição de plantas, equipamentos,

patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) montantes totais gastos por nós em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e

(iv) montante total gastos por nós no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui projetos dessa natureza em andamento.

10.9 - OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE

10.9 Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Os Diretores da Companhia informam que não ocorreram fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional que não tenham sido identificados no demais itens desta seção.

11.1 - PROJEÇÕES DIVULGADAS E PREMISSAS

11 Projeções

11.1 As projeções devem identificar:

(a) objeto da projeção,

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção,

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle, e

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão.

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - ACOMPANHAMENTO E ALTERAÇÕES DAS PROJEÇÕES DIVULGADAS

11.2. Na hipótese de a Companhia ter divulgado projeções, durante os 3 últimos exercícios sociais, sobre a evolução de seus indicadores :

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário,
(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções, e
(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

12 . Assembleia Geral e Administração

12.1 Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu Estatuto Social e regimento interno, identificando:

a) Atribuições de cada órgão e comitê.

a.1) Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto por 03 (três) membros e respectivos suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral da Companhia, com mandato de 02 (dois) anos, sendo admitida a reeleição. Ao nosso Conselho de Administração compete: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto no Estatuto Social; (iii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (iv) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente e nos casos previstos em lei; (v) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria; (vi) estabelecer critérios para o rateio da remuneração dos diretores, com observância do montante global fixado pela Assembleia Geral; (vii) nomear e destituir os Auditores Independentes da Companhia, que necessariamente serão registrados na Comissão de Valores Mobiliários para exercício da atividade; (viii) autorizar a Companhia a: (a) alienar a qualquer título ou constituir ônus reais sobre bens do ativo permanente, cujo valor seja superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia nos últimos 12 (doze) meses, o que for menor; (b) prestar avais, fianças ou quaisquer outras garantias; (c) contratar empréstimos, cujo valor seja superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou 10% (dez por cento) da receita líquida da Companhia nos últimos 12 (doze) meses, o que for menor; (d) fazer doações de quaisquer de seus bens ou direitos, cujos valores sejam superiores a R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais); (e) firmar acordos de exclusividade; (f) contratar obras ou serviços de engenharia, cujos valores sejam superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou 5% (cinco por cento) da receita líquida da Companhia nos últimos 12 (doze) meses, o que for menor; (g) aquisição de bens para o ativo permanente, cujo valor seja superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia nos últimos 12 (doze) meses, o que for menor; (ix) celebrar contratos que resultem em obrigações ou responsabilidades que excedam (a) o valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em operação isolada, ou (b) considerando o conjunto de obrigações e exigibilidades, o equivalente a 10% do patrimônio líquido da Companhia; (x) autorizar a celebração de transações com partes relacionadas, assim entendidas como quaisquer negócios entre a Companhia e seus acionistas (e os sócios ou acionistas diretos ou indiretos dos acionistas, bem como sociedades ou veículos de investimento controlados por acionistas ou sob seu controle comum), e ainda, com qualquer dos administradores das referidas partes relacionadas; (xi) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou manutenção em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre eventual alienação; (xii) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do

capital autorizado, fixando a quantidade, espécie e classe das ações, as condições de integralização e os respectivos preços de subscrição e ágio, bem como a emissão de notas promissórias e debêntures; (xiii) deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais ou intermediários, bem como deliberar sobre a destinação de dividendos semestrais ou intermediários à conta de lucros apurados nesses balanços, ou à Conta de Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em lei; (xiv) submeter à Assembleia Geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício; (xv) deliberar sobre o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio na forma permitida pela legislação em vigor; e (xvi) propor à Assembleia Geral a imputação dos Juros Sobre o Capital Próprio pagos aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata este Estatuto Social.

a.2) Conselho Fiscal

O nosso Estatuto Social prevê o funcionamento, não permanente, do Conselho Fiscal, que quando em funcionamento será composto por, no mínimo 03 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes e funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Assembleia Geral que eleger os membros do nosso Conselho Fiscal deverá fixar sua remuneração e aprovar o regimento interno do órgão.

a.3) Diretoria

A nossa Diretoria é composta por no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 04 (quatro) diretores, acionistas ou não, todos eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, sendo admitida a reeleição. Os cargos da diretoria são distribuídos da seguinte forma: 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Administrativo Financeiro, 01 (um) Diretor de Planejamento e de Relações com Investidores e 01 (um) Diretor de Engenharia e Operação, podendo tais cargos serem cumulados por um mesmo Diretor, a critério do Conselho de Administração.

À nossa Diretoria compete: (a) propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais, dentro dos objetivos e metas da Companhia, para exame e deliberação; (b) assegurar o bom andamento dos negócios sociais, decidir e praticar todos os atos necessários à realização dos objetivos da Companhia, desde que não sejam da competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração e também não necessite de prévia aprovação na forma deste Estatuto Social; (c) promover convênios e contratar nos limites impostos pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração, dentro dos fins da Companhia, com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; (d) propor ao Conselho de Administração a alienação de bens de qualquer natureza; (e) aprovar, no âmbito de sua alçada, os critérios relativos aos cargos e salários e ao regime disciplinar dos empregados da Companhia; (f) delegar poderes aos Diretores, individualmente, para gerir os negócios da Companhia; (g) elaborar e apresentar ao final de cada exercício social as Demonstrações Financeiras, na forma da Lei das Sociedades por Ações, instruídas com o Parecer dos Auditores Independentes, para

apreciação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado, e aprovação pela Assembleia Geral; (h) elaborar e propor ao Conselho de Administração o Orçamento Anual da Companhia; (i) instalar escritórios de representação da Companhia em locais de interesse para os negócios sociais, quando necessário; e (h) aprovar normas e manuais da Companhia relativos à sua estrutura operacional, incluindo as áreas de ouvidoria e atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Companhia.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês.

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento é facultativo.

d) Em relação aos membros de desempenho da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

Compete à Diretoria propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais, dentro dos nossos objetivos e metas, assegurar o bom andamento dos negócios sociais, decidir e praticar todos os atos necessários à realização dos objetivos da Companhia, desde que não necessitem de prévia aprovação na forma do nosso Estatuto Social, promover convênios e contratar nos limites impostos pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração, dentro dos fins da Companhia, propor ao Conselho de Administração a alienação de bens de qualquer natureza; aprovar, no âmbito de sua alçada, os critérios relativos aos cargos e salários e ao regime disciplinar dos empregados da Companhia; delegar poderes aos Diretores, individualmente, para gerir os negócios da empresa; elaborar e apresentar ao final de cada exercício social as Demonstrações Financeiras, na forma da Lei das Sociedades por Ações, instruídas com o Parecer dos Auditores Independentes, elaborar e propor ao Conselho de Administração o Orçamento Anual da Companhia e aprovar normas e manuais da Companhia relativos à sua estrutura operacional, incluindo as áreas de ouvidoria e atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Companhia.

Clara Maria da Cunha Ferraz - Diretora Presidente

Na condição de principal orientadora e condutora das atividades da Companhia, compete a Diretora Presidente: (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (b) nomear, em conjunto com outro Diretor, procuradores "*ad juditia*" e "*ad negotia*", neste caso com mandato não superior a 01 (um) ano; (c) encaminhar ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando instalado, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, elaborado pela Diretoria Executiva; e (d) admitir, demitir e promover os empregados da Companhia.

João Garcia Couri Neto – Diretor de Planejamento e de Relações com Investidores

Na qualidade de Diretor de Planejamento compete: (a) elaborar e propor ao Diretor Presidente e posteriormente ao Conselho de Administração o planejamento estratégico da Companhia; (b) coordenar a execução do planejamento estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração; (c) assessorar o Diretor Presidente na promoção e consolidação da Companhia junto ao mercado alvo; (d) monitorar o mercado, visando identificar as demandas dos clientes e a concorrência; (e) coordenar as áreas de ouvidoria e de atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Companhia e; (f) na qualidade de Diretor com Investidores prestar todas as informações exigidas pela legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários.

Flávio Rogério Rodrigues de Sousa - Diretor de Engenharia e Operações

Na qualidade de Diretor de Engenharia e Operações compete: (a) elaborar os planos operacionais da Sociedade; (b) executar esses planos operacionais; e (c) dirigir as atividades operacionais da Companhia.

Diretor Administrativo e Financeiro

Ao Diretor-Administrativo Financeiro compete: (a) dirigir as atividades financeiras da Companhia; (b) preparar as normas administrativas e instruções de serviço; (c) organizar o quadro de pessoal; (d) elaborar o Relatório Anual da Administração, em conjunto com os demais membros da Diretoria; e (e) supervisionar os serviços contábeis e a elaboração de demonstrações financeiras periódicas e anuais.

Obs.: O cargo de Diretor Administrativo e Financeiro atualmente não está preenchido.

12.2 - REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS

12.2 Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a) Prazos de convocação

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

b) Competências

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

12.3 - REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12.3 Descrição das regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias
b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho
c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

12.4 - DESCRIÇÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS POR MEIO DE ARBITRAGEM

12.4 Se existir, descrição da cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

12.5/6 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Nome	Clara Maria da Cunha Ferraz	CPF	634.968.527-04
Data de Nascimento	22/12/1957	Profissão	Engenheira Civil
Órgão Administração	Pertence apenas à Diretoria	Cargo eletivo ocupado	Diretor Presidente / Superintendente
Data de Eleição	30/09/2016	Data de posse	30/09/2016
Prazo do mandato	atpe AGO 2018	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	None		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileira, com formação acadêmica em Engenharia Civil pela Universidade Gama Filho; MBA em Finanças Corporativas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio do Janeiro (PUC/RJ). Atualmente ocupa o cargo de Diretora Presidente da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”). Possui 20 anos de experiência em concessão de rodovias. No Grupo Invepar há seis anos, atuou como Superintendente de Engenharia e Meio Ambiente da Concessionária Rio Teresópolis (CRT) e desde 2013 ocupava a função de Superintendente de Implantação da CART, atividade que continuará sendo exercida por ela. A Diretora declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		

Nome	Eduardo Marques de Almeida Dantas	CPF	012.185.157-59
Data de Nascimento	29/11/1971	Profissão	engenheiro de produção
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data de Eleição	28/04/2016	Data de posse	28/04/2016
Prazo do mandato	Até AGO 2018	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	None		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Eduardo Marques de Almeida Dantas - Brasileiro, graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possui Mestrado em Administração de Empresas (stricto sensu) pelo COPPEAD/UFRJ e cursos de liderança e gestão pelo IMD (Lausanne/Suíça) e MIT (Boston/EUA). Presente no Grupo Invepar desde 2013, atualmente ocupa o cargo de Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios da INVEPAR. É membro do Conselho da Concessionária do VLT S/A e da PEX S/A, tendo sido membro do Conselho da Quadrem Holding International Ltd. Possui mais de 20 anos de experiência, dos quais 15 dedicados ao setor de infraestrutura, tendo trabalhado na Brahma (hoje AMBEV), Coca-Cola, Booz-Allen (hoje Strategy&), MRS e Grupo VALE, onde foi Diretor de Suprimentos e Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Logística.O conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		

Powered by MZiQ

Nome	Erik da Costa Breyer	CPF	955.093.217-68
Data de Nascimento	14/02/1971	Profissão	Bacharel em Direito
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2016	Data de posse	28/04/2016
Prazo do mandato	até AGO 2018	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	None		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileiro, com formação acadêmica em Direito pela Universidade Federal Fluminense, possui MBA em Finanças e Mercado de Capitais pela FGV, MBA em Gestão Corporativa e Mestrado em Estratégia de Negócios pela Fundação Dom Cabral. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente da INVEPAR, acumulando o cargo de Diretor Vice Presidente Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da INVEPAR. Já ocupou os cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da holding, Diretor de Economia, Finanças e de Relações com Investidores da COELBA, COSERN e CELPE, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da Itapebi Geração de Energia S.A. e Presidente do Conselho de Administração da ALOG Data Centers do Brasil. Foi membro Titular do Conselho de Administração da CREMER S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Petrobahia S.A. Também atuou como Gerente de Administração de Fundos de Investimentos do Banco do Brasil. O Sr. Erik Breyer é fellow da Fundação Eisenhower Fellowships. O conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		

Powered by MZiQ

Nome	Flávio Rogério Rodrigues de Sousa	CPF	832.463.127-53
Data de Nascimento	22/12/1964	Profissão	Gestão de Recursos Humanos
Órgão Administração	Pertence apenas à Diretoria	Cargo eletivo ocupado	Outros Diretores
Data de Eleição	28/04/2016	Data de posse	28/04/2016
Prazo do mandato	até AGO 2018	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	None		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileiro, com formação acadêmica em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro; MBA em Inteligência Competitiva e Gestão de Negócios pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e em Gestão Estratégica de Serviços pela Fundação Getúlio Vargas (em curso). Atuou na Rede Ferroviária Federal S.A. por 8 anos, desempenhando diversas funções na área de manutenção; Na Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A, atuou por 16 anos, tendo passado por diversas áreas como: recursos humanos, tráfego operacional, segurança operacional, receita tarifária, onde ocupou os cargos de gerente de serviço ao cliente e gerente de serviço ao usuário; Foi gerente comercial de serviço e desenvolvimento imobiliário na Concessionária Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.; O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		

Powered by MZiQ

Nome	João Garcia Couri Neto	CPF	029.862.666-73
Data de Nascimento	06/05/1975	Profissão	Administrador de empresas
Órgão Administração	Pertence apenas à Diretoria	Cargo eletivo ocupado	Diretor de Relações com Investidores
Data de Eleição	28/04/2016	Data de posse	28/04/2016
Prazo do mandato	até AGO 2018	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Diretor de Planejamento.		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileiro, com formação acadêmica em Administração de Empresas pela Universidade Ibero Americana; MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Atualmente ocupa o cargo de (i) Superintendente Corporativo da Concessionária Auto Raposo Tavares - CART e tem como principais atribuições à gestão das Gerências Financeira, Administrativa, de Recursos Humanos, Jurídica e Regulatória, além da participação em todos os processos decisórios e estratégicos da Companhia. Já ocupou os cargos de Gerente Financeiro da CART, responsável pela estruturação financeira, contabilidade e planejamento, entre 2009 e 2012; Gerente Financeiro e Tesoureiro da Construtora OAS S/A, responsável pela estruturação financeira, importação, exportação, operações de câmbio e derivativos e cash management, entre os anos de 2002 e 2009. O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		

Powered by MZiQ

Nome	Júlio César Fonseca	CPF	318.103.906-30
Data de Nascimento	10/11/1959	Profissão	Psicólogo
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Suplente)
Data de Eleição	28/04/2016	Data de posse	28/04/2016
Prazo do mandato	até AGO 2018	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	None		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileiro, formado em Psicologia pela PUC-MG, possui MBA Executivo na Fundação Dom Cabral, MG (2002) e PGA-Gestão Empresarial no INSEAD, França (2005). Acumula experiência profissional de 33 anos na área de Recursos Humanos em empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, com cargos de gestão direta de pessoas e equipes. Desenvolveu sua carreira em empresas, tais como: Oi, Ferrovia Centro Atlântica, Lafarge/Matsulfur, Siderúrgica Mendes Júnior, Precon Industrial, Grupo Pão de Açúcar e Construtora Andrade Gutierrez. Possui ampla atuação em processos de gestão de mudança em movimentos de fusão, aquisição, privatização ou profissionalização de empresas familiares. Seu escopo de competências varia desde negociação com sindicatos, ao desenvolvimento de lideranças e estabelecimento de modelo de gestão de negócio focado na geração de resultados planejados. Atualmente ocupa o cargo de Direrto Vice-Presidente de Recursos Humanos da INVEPAR, onde é responsável por desafios nas frentes de desenvolvimento de gente, modelo de gestão, organização, carreira e sucessão, remuneração, e cultura organizacional. O conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		

Nome	Tulio Toledo Abi-Saber	CPF	031.277.386-25
Data de Nascimento	06/10/1976	Profissão	engenheiro eletricista
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Vice Presidente Cons. de Administração
Data de Eleição	28/04/2016	Data de posse	28/04/2016
Prazo do mandato	Até AGO 2018	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	None		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002), Especialista em Gestão de empresas pela FIA/Universidade de São Paulo (2003) e Master in Business Administration - MBA pela Kellogg School of Management (2009), iniciou suas atividades no grupo Invepar em 2010, onde desenvolveu atividades como Gerente Executivo de Planejamento e Controle de Gestão, Gerente Executivo de Desenvolvimento de Negócios, Diretor Presidente da CART e Diretor Presidente da Via 040. Atuou como conselheiro de administração das Concessionárias Bahia Norte, Litoral Norte e Via Rio. Tulio possui mais de 15 anos de experiência no setor de infraestrutura e em negócios regulados, tendo atuado pelas empresas Lucent Technologies, Actar Consulting, Brasil Telecom e GlobeNet, onde exerceu a função de Diretor Administrativo e Financeiro. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Vice-Presidente de Rodovias da INVEPAR. O conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		

Powered by MZiQ

12.7/8 - COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS

Justificativa para a não prestação da informação:

A Companhia não possui comitês instalados.

12.11 - ACORDOS, INCLUSIVE APÓLICES DE SEGUROS, PARA PAGAMENTO OU REEMBOLSO DE DESPESAS SUPORTADAS PELOS ADMINISTRADORES

12.11 Descrição das disposições de quaisquer acordo, inclusive apólices de seguros, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

12.12 - PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

12.12. Informar se o emissor segue algum código de boas práticas de governança corporativa, indicando, em caso afirmativo, o código seguido e as práticas diferenciadas de governança corporativa adotadas em razão do mesmo.

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

12.13 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

13.1 - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO, INCLUSIVE DA DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA

13. Remuneração dos Administradores.

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

b) composição da remuneração, indicando:

(i) **descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

(ii) **em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

(iii) **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

(iv) **razões que justificam a composição da remuneração**

(v) **a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.2 - REMUNERAÇÃO TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2015 até 31/12/2015	2.576.000,00

Pertence apenas ao Conselho de Administração

Nº de membros	3,00	Total da remuneração	2.576.000,00
Salário ou pró-labore	1.418.000,00	Benefícios diretos e indiretos	114.000,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	284.000,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	540.000,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	108.000,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	112000,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2015 até 31/12/2015	0,00

Pertence apenas à Diretoria

Nº de membros	0,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		

Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2014 até 31/12/2014	1.582.000,00

Pertence apenas ao Conselho de Administração

Nº de membros	2,00	Total da remuneração	1.582.000,00
Salário ou pró-labore	855.000,00	Benefícios diretos e indiretos	54.000,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	171.000,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	219.000,00	Participação em reuniões	170.000,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	44.000,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	69000,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2014 até 31/12/2014	0,00

Pertence apenas à Diretoria

Nº de membros	0,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00

Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2013 até 31/12/2013	1.546.000,00

Pertence apenas ao Conselho de Administração

Nº de membros	2,00	Total da remuneração	1.546.000,00
Salário ou pró-labore	563.000,00	Benefícios diretos e indiretos	19.000,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	113.000,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	406.000,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	81.000,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	364000,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2013 até 31/12/2013	0,00

Pertence apenas à Diretoria

Nº de membros	0,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00

Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

13.3 - REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão

b) número total de membros

c) número de membros remunerados

d) em relação ao bônus:

(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração

(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração

(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

(e) em relação à participação no resultado:

(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração

(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração

(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.4 - PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA ESTATUTÁRIA

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a) termos e condições gerais
b) principais objetivos do plano
c) forma como o plano contribui para esses objetivos
d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor
e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
f) número máximo de ações abrangidas
g) número máximo de opções a serem outorgadas
h) condições de aquisição de ações
i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
j) critérios para fixação do prazo de exercício
k) forma de liquidação
l) restrições à transferência das ações
m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.5 - REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUÁRIA

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) Órgão

b) número total de membros

c) número de membros remunerados

d) em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

(i) data de outorga

(ii) quantidade de opções outorgadas

(iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis

(iv) prazo máximo para exercício das opções

(v) prazo de restrição à transferência das ações

(vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

- **em aberto no início do exercício social**
- **perdidas durante o exercício social**
- **exercidas durante o exercício social**
- **expiradas durante o exercício social**

e) valor justo das opções na data de cada outorga

f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.6 - INFORMAÇÕES SOBRE AS OPÇÕES EM ABERTO DETIDAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PELA DIRETORIA ESTATUÁRIA

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte:

a) órgão

b) número de membros

c) número de membros remunerados

d) em relação às opções ainda não exercíveis

(i) quantidade

(ii) data em que se tornarão exercíveis

(iii) prazo máximo para exercício das opções

(iv) prazo de restrição à transferência das ações

(v) preço médio ponderado de exercício

(vi) valor justo das opções no último dia do exercício social

e) em relação às opções exercíveis

(i) quantidade

(ii) prazo máximo para exercício das opções

(iii) prazo de restrição à transferência das ações

(iv) preço médio ponderado de exercício

(v) preço médio ponderado de exercício

(vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.7 - OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUÁRIA

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

b) número de membros

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

c) número de membros remunerados

Número de Membros	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Exercício Social Corrente até 31.12.2015	3	3
Exercício Social Corrente até 31.12.2014	3	2
Exercício Social Corrente até 31.12.2013	3	2

d) em relação às opções exercidas informar:

i. número de ações

ii. preço médio ponderado de exercício

iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

e) em relação às ações entregues informar:

i. número de ações

ii. preço médio ponderado de aquisição

iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.8 - INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.5 A 13.7 - MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES

13.8 Descrever sumariamente as informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação
b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
d) forma de determinação da volatilidade esperada
e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.9 - PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES, COTAS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS, DETIDAS POR ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS - POR ÓRGÃO

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.10 - INFORMAÇÕES SOBRE PLANOS DE PREVIDÊNCIA CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Powered by MZiQ

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a) Órgão
b) número de membros
c) número de membros remunerados
d) nome do plano
e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
f) condições para se aposentar antecipadamente
g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.12 - MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.13 - PERCENTUAL NA REMUNERAÇÃO TOTAL DETIDO POR ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, nos 3 últimos exercícios sociais.

Órgãos	2015	2014	2013
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 - REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, RECEBIDA POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.15 - REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL RECONHECIDA NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não temos quaisquer valores reconhecidos nos resultados dos nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

13.16 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

14.1 - DESCRIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

14 Recursos Humanos.

14.1 Descrição dos recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)
b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)
c) índice de rotatividade

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

14.2 - ALTERAÇÕES RELEVANTES - RECURSOS HUMANOS

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

14.3 - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS

14.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) política de salários e remuneração variável

b) política de benefícios

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

(i) grupos de beneficiários

(ii) condições para exercício

(iii) preços de exercício

(iv) prazos de exercício

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

14.4 - DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O EMISSOR E SINDICATOS

14.4 Descrição das relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

14.5 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

14.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

15.1 / 15.2 - POSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR	03.758.318/0001-24	50,000000	1.308.194.522,00	100,000000

Tipo pessoa	Juridica		
Nacionalidade	brasileira	UF	RJ
Participa de acordo de acionistas	Sim	Acionista controlador	Sim
Data de composição do capital social		Data da última alteração	21/12/2012
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	1.308.194.522,00		
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	50,000000		
Qtde. total de ações (Unidade):	2.616.389.044,00		

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
Outros		0,000000	0	0,000000

Tipo pessoa	Fisica		
Nacionalidade		UF	None
Participa de acordo de acionistas	Não	Acionista controlador	Não
Data de composição do capital social		Data da última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	0		
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	0,000000		
Qtde. total de ações (Unidade):	0		

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
AcoesTesouraria		0,000000	0	0,000000

Tipo pessoa	Nenhum		
Nacionalidade		UF	None
Participa de acordo de acionistas	Não	Acionista controlador	Não
Data de composição do capital social		Data da última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	0		
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	0,000000		
Qtde. total de ações (Unidade):	0		

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
Total		50,000000	1.308.194.522,00	100,000000

Tipo pessoa	Nenhum		
Nacionalidade		UF	None
Participa de acordo de acionistas	Não	Acionista controlador	Não
Data de composição do capital social		Data da última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	1.308.194.522,00		
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	50,000000		
Qtde. total de ações (Unidade):	2.616.389.044,00		

15.3 - DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL

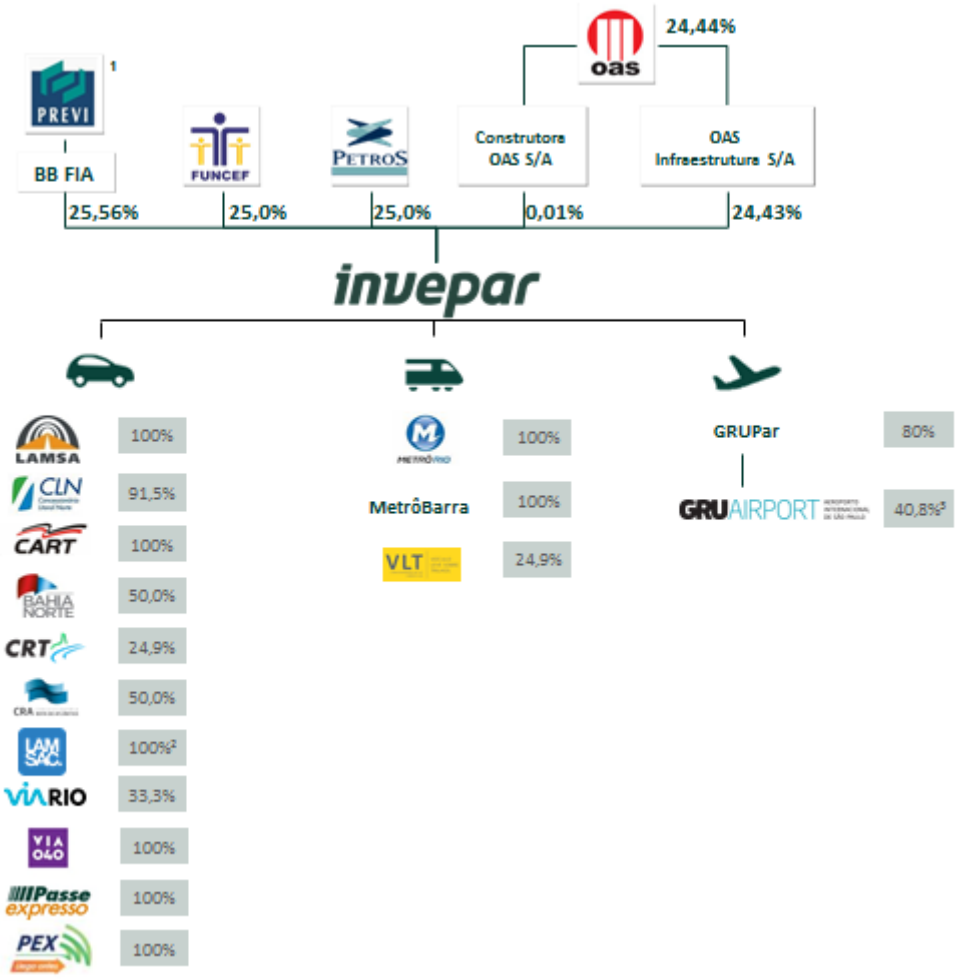
Data da última assembléia	15/04/2016	Quantidade de acionistas pessoa física (Unidade)	0
Quantidade de acionistas pessoa jurídica (Unidade)	1	Quantidade de investidores institucionais (Unidade)	0

Ações em Circulação			
Quantidade ordinárias (Unidade)	1308194522	% ordinárias	50
Quantidade preferenciais (Unidade)	1308194522	% preferenciais	50
Total (Unidade)	2616389044	% total	100

15.4 - ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS E DO GRUPO ECONÔMICO

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

A Companhia optou por não apresentar um organograma de seus acionistas. Para o organograma do grupo econômico da Companhia, segue abaixo.



1. Entidades Fechadas de Previdência Complementar, tendo como objetivo a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.
2. Invepar detém 100% da Linea Amarilla Brasil Participações S.A. (LAMBRA) que detém 99,99% da concessionária Linea Amarilla S.A.C (LAMSAC).
3. Invepar detém 80% de GRUPar (Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.), que detém 51% de GRU Airport (Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.)

15.5 - ACORDO DE ACIONISTAS ARQUIVADO NA SEDE DO EMISSOR OU DO QUAL O CONTROLADOR SEJA PARTE

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a) Partes
b) data de celebração
c) prazo de vigência
d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle
e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários
f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las
g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

15.6 - ALTERAÇÕES RELEVANTES NAS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE E ADMINISTRADORES DO EMISSOR

15.6 Indicação das alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

15.7 - PRINCIPAIS OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS

15.7 Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas :

a. evento

b. principais condições do negócio

c. sociedades envolvidas

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

e. quadro societário antes e depois da operação

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Nos últimos 3 anos não ocorreram operações societárias no grupo que tenham tido efeito relevante para a Companhia.

15.8 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

16.1 - DESCRIÇÃO DAS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO EMISSOR QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16. Transações com partes relacionadas.

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, os locais em que ela pode ser consultada

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

16.2 - INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	30/09/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	574642.39	Saldo existente	-
Montante	574.642,39		
Garantias e seguros	Não há	Duração	29/10/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	30/09/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	605453.78	Saldo existente	-
Montante	605.453,78		
Garantias e seguros	Não há	Duração	29/10/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar
Relação com o emissor	Controladora direta

Data transação	01/09/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	725359.41	Saldo existente	-
Montante	725.359,41		
Garantias e seguros	Não há	Duração	26/10/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	27/10/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	635351.20	Saldo existente	-
Montante	635.351,20		
Garantias e seguros	Não há	Duração	25/11/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	28/10/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	1086.88	Saldo existente	-
Montante	1.086,88		
Garantias e seguros	Não há	Duração	25/11/2015

Powered by MZiQ

Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	19/01/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	16115.25	Saldo existente	-
Montante	16.115,25		
Garantias e seguros	Não há	Duração	04/01/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	30/04/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	23810.40	Saldo existente	-
Montante	23.810,40		
Garantias e seguros	Não há	Duração	22/05/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	30/04/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	31344.72	Saldo existente	-
Montante	31.344,72		
Garantias e seguros	Não há	Duração	04/05/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	30/01/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	10251.25	Saldo existente	-
Montante	10.251,25		
Garantias e seguros	Não há	Duração	28/01/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	10/02/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	39894.86	Saldo existente	-
Montante	39.894,86		

Garantias e seguros	Não há	Duração	10/02/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	19/01/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	7799.13	Saldo existente	-
Montante	7.799,13		
Garantias e seguros	Não há	Duração	19/01/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	19/12/2014	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	217289.57	Saldo existente	-
Montante	217.289,57		
Garantias e seguros	Não há.	Duração	01/12/2014 à 28/02/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Nota de Débito Referente Contrato de Compartilhamento		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	06/07/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	187637.00	Saldo existente	-
Montante	187.637,00		
Garantias e seguros	Não há	Duração	11/08/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Nota de Débito Referente Contrato de Compartilhamento		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	30/09/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	46909.00	Saldo existente	-
Montante	46.909,00		
Garantias e seguros	Não há.	Duração	29/10/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	04/09/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	93818.00	Saldo existente	-

Powered by MZiQ

Montante	93.818,00		
Garantias e seguros	Não há	Duração	15/09/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	19/01/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	140648.95	Saldo existente	-
Montante	140.648,95		
Garantias e seguros	Não há	Duração	10/02/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	10/02/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	1049794.03	Saldo existente	-
Montante	1.049.794,03		
Garantias e seguros	Não há	Duração	25/02/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Powered by MZiQ

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	25/02/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	394821.10	Saldo existente	-
Montante	394.821,10		
Garantias e seguros	Não há	Duração	10/03/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	19/03/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	452401.43	Saldo existente	-
Montante	452.401,43		
Garantias e seguros	Não há	Duração	10/04/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	06/05/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	378850.91	Saldo existente	-

Powered by MZiQ

Montante	378.850,91		
Garantias e seguros	Não há	Duração	25/05/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	25/05/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	571142.28	Saldo existente	-
Montante	571.142,28		
Garantias e seguros	Não há	Duração	22/06/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar		
Relação com o emissor	Controladora direta		
Data transação	06/07/2015	Objeto contratado	Compartilhamento de despesas
Montante envolvido	562279.69	Saldo existente	-
Montante	562.279,69		
Garantias e seguros	Não há	Duração	17/08/2015
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Powered by MZiQ

16.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS MEDIDAS TOMADAS PARA TRATAR DE CONFLITOS DE INTERESSES E DEMONSTRAÇÃO DO CARÁTER ESTRITAMENTE COMUTATIVO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS OU DO PAGAMENTO COMPENSATÓRIO ADEQUADO

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social.

a) identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas, adotado nas operações acima indicadas e em futuras operações da espécie que sejam pactuadas, segue estritamente os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou em que seu interesse conflite com o da Companhia. Adicionalmente, esclareça-se que a nossa administração somente autoriza a celebração de quaisquer negócios com partes relacionadas dentro de condições compatíveis com o mercado, sem qualquer benefício ou favorecimento de contrapartes em detrimento da Companhia.

b) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Na hipótese de celebração de operações e negócios com suas partes relacionadas, nós obrigatoriamente seguimos os padrões de mercado em operações da espécie e amparamos tais operações e negócios com as devidas avaliações prévias de suas condições e impactos, incluindo a cotação e comparação de operações similares junto a instituições financeiras de 1ª linha ou outras partes independentes, no estrito interesse da Companhia. Em relação aos nossos mútuos com suas partes relacionadas, descritos no item 16.2, esclarecemos que ocorreram em função das nossas necessidades de caixa para o desenvolvimento das nossas atividades, sendo sujeitos aos encargos financeiros compatíveis com operações usualmente praticadas no mercado entre partes independentes.

Conforme descrito no item 16.2 acima, até janeiro de 2012, a Companhia manteve operações de mútuo com suas partes relacionadas obedecendo aos padrões de mercado em operações desta espécie e amparou tais operações e negócios com as devidas avaliações prévias de suas condições e impactos, no estrito interesse da Companhia.

Nossos contratos com partes relacionadas sempre consideraram as práticas usuais de mercado, sendo que eles definem prazos para suas efetivas realizações (quitações), bem como taxas de juros de mercado, fazendo com que nenhuma unidade operacional seja prejudicada em detrimento a outra.

16.4 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

17.1 - INFORMAÇÕES SOBRE O CAPITAL SOCIAL

Tipo de Capital	Capital Autorizado		
Data da autorização ou aprovação	15/04/2016	Valor do capital	1.180.000.000,00
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	1.308.194.522,00
Qtde. ações preferencias	1.308.194.522,00	Qtde. total de ações	2.616.389.044,00

Powered by MZiQ

17.3 - INFORMAÇÕES SOBRE DESDOBRAMENTOS, GRUPAMENTOS E BONIFICAÇÕES DE AÇÕES

17.4 - REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

17.5 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - CAPITAL SOCIAL

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

18.2 - REGRAS ESTATUTÁRIAS QUE LIMITEM DIREITO DE VOTO

18.2 Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

18.3 - SUSPENSÃO DE DIREITOS PATRIM./POLÍTICOS

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

18.5 - OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Valor mobiliário	Identificação dos valores mobiliários	Data de emissão	Data de vencimento
Debêntures	Debêntures Simples	15/12/2012	15/12/2024

Quantidade (Unidade):	750000	Valor total (Unidade):	750000000,00
Restrição a circulação:	Não	Descrição da restrição:	
Conversibilidade:	2	Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social:	
Possibilidade resgate::	Sim		

Hipótese de resgate e cálculo do valor de resgate:	As Debêntures da Primeira Série poderão ser resgatadas de maneira facultativa e antecipadamente, a critério da Companhia, a partir do 6º ano a contar de 15 de dezembro de 2012 (“Data de Emissão”), somente se permitido pela Lei 12.431, na forma a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, hipótese na qual observará os procedimentos previstos para o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série. A Companhia poderá, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão para o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas da Segunda Série, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série. A Cláusula 4.2.1.4 da Escritura de Emissão prevê, ademais, a possibilidade de a Companhia optar pelo Resgate Antecipado Total na hipótese de não haver acordo sobre a Taxa Substitutiva ao IPCA. O Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, a que farão jus os debenturistas das respectivas séries, por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da respectiva série, será o maior valor entre (A) e (B) abaixo, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da respectiva série devidos e não pagos, calculados desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da respectiva série. (A) Valor Nominal Atualizado das Debêntures da respectiva série ou Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da respectiva série, até a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da respectiva série. (B) soma (a) do valor de cada parcela de Amortização do Valor Unitário das Debêntures da respectiva série; e (b) dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos, desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da respectiva série, até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo esta soma trazida a valor presente até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da respectiva série, utilizando-se uma taxa percentual ao ano (“Taxa de Desconto”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, que corresponderá à soma exponencial (i) da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, da NTN-B; e (ii) de uma sobretaxa (spread) de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme fórmula constante da Cláusula 5.1.7 da Escritura de Emissão.
Identificação das características dos valores mobiliários de dívida:	As Debêntures têm prazo de vencimento de 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024. São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nos itens 6.2, 6.3 e 6.4 da Escritura de Emissão, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculados pro rata temporis, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, quando aplicáveis, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:	N/A
Outras características relevantes:	

18.6 - MERCADOS DE NEGOCIAÇÃO NO BRASIL

18.6 Indicação dos mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação.

As debêntures da Companhia são admitidas à negociação nos seguintes mercados: (i) BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e (ii) CETIP S.A. – Mercados Organizados.

18.7 - NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS ESTRANGEIROS

18.7 Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - TÍTULOS EMITIDOS NO EXTERIOR

Justificativa para a não prestação da informação:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO

18.9 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

Realizamos, em 18 de janeiro de 2011, a Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real, Em Série Única, Em Regime de Garantia Firme de Colocação, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Distribuição, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. Foram emitidas 40 debêntures, totalizando R$ 400 milhões.

O prazo de vencimento das debêntures era de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão. O pagamento da remuneração foi realizado semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 18 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 18 de julho de 2011 e o último em 28 de dezembro de 2012, de forma antecipada.

A Escritura de Emissão na íntegra está disponível na rede mundial de computadores através do endereço www.cart.invepar.com.br.

Em 11.03.2009, realizamos a Primeira Emissão de Notas Promissórias, no valor de R$ 370 milhões, vencidas em 29.07.2009 e já devidamente quitadas, conforme descrição detalhada constante dos itens 18.10 (A) e 18.5 (A).

Em 25.08.2009, realizamos a Segunda Emissão de Notas Promissórias, no valor de R$ 400 milhões, vencidas em 02.03.2010 e já devidamente quitadas, conforme descrição detalhada constante dos itens 18.10 (B) e 18.5 (B).

Em 01.03.2010, realizamos a Terceira Emissão de Notas Promissórias, no valor de R$ 400 milhões, vencidas em 28.08.2010 e já devidamente quitadas, conforme descrição detalhada constante dos itens 18.10 (C) e 18.5 (C).

Em 27.08.2010, realizamos a Quarta Emissão de Notas Promissórias, no valor de R$ 400 milhões, vencidas em 23.02.2011e já devidamente quitadas, conforme características dispostas no item 18.5 (D) e descrição detalhada constante dos itens 18.10 (D) e 18.5 (D).

A CART realizou em 15 de dezembro de 2012 a Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400. Foram emitidas 750.000,00 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando R$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais). A emissão se deu em duas (2) séries, sendo que para a Primeira Série foram emitidas 380.000

(trezentas e oitenta mil) Debêntures no âmbito da Lei 12.431/11 e para a Segunda Série forma emitidas 370.000 (trezentas e setenta mil) as quais não contaram com os benefícios da Lei na Lei 12.431/11.

O prazo de vencimento das debêntures é de 12 (doze) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024, data em que será devido o Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), acrescido do saldo da Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão). O pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser realizado em uma única parcela, na data de vencimento.

18.10 - DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS

18.10 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar :

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

18.11 - OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO

18.11 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

18.12 - OUTRAS INF. RELEV. - VAL. MOBILIÁRIOS

18.12 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

19.1 - DESCRIÇÃO - PLANOS DE RECOMPRA

19.2 - MOVIMENTAÇÃO V.M. EM TESOURARIA

Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

19.3 - OUTRAS INF. RELEV. - RECOMPRA/TESOURARIA

19.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relavante.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

20.1 - DESCRIÇÃO - POL. NEGOCIAÇÃO

Informações política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

20.2 - OUTRAS INF. RELEV. - POL. NEGOCIAÇÃO

20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relavante.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

21.1 - NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS

21.Política de divulgação de informações.

21.1 Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

21.2 - DESCRIÇÃO - POL. DIVULGAÇÃO

21.2. Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado (s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

21.3 - RESPONSÁVEIS PELA POLÍTICA

21.3 Informação dos administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

A responsabilidade pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização quanto ao cumprimento da política de divulgação de informações compete, originariamente, ao Diretor de Planejamento e Relações com Investidores.

21.4 - OUTRAS INF.RELEV - POL. DIVULGAÇÃO

21.4 Outras informações relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram informadas nos itens acima.